



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**MUDANÇA E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE GIRAU
DO PONCIANO**

PAULO APARECIDO CAVALCANTE

MACEIÓ
2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MUDANÇA E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE GIRAU DO PONCIANO

PAULO APARECIDO CAVALCANTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia - ICS/UFAL como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Décio de Arruda Mello.

MACEIÓ
2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CERTIFICADO DE APRESENTAÇÃO

**MUDANÇA E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE GIRAU DO
PONCIANO**

PAULO APARECIDO CAVALCANTE

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Apresentada à banca examinadora, composta por:

Paulo D. Mello

Prof. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFAL

Prof^ª. Dr^ª. Ramonildes Alves Gomes
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais -
UFCG

Ruth Vasconcelos

Prof^ª. Dr^ª. Ruth Vasconcelos
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFAL

MACEIÓ
2007

A

Thomas Afonso Gerwing

José Araújo Cavalcante

Eunice Soares de Mendonça

Maria Quitéria

Larissa Maria

Maria Clara

AGRADECIMENTOS

Ao professor Paulo Décio, que me orientou neste trabalho, meu agradecimento pela paciência e liberdade, pela disponibilidade, pela oportunidade de partilhar seu conhecimento e pelo incentivo nas horas de angústia.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo compromisso e disposição que tiveram em nossos encontros.

Aos professores do Curso de Graduação em Ciências Sociais, que caminharam comigo, com paciência, nos primeiros passos na Sociologia.

À professora Tânia Nobre, pelo compromisso com que cuidou do Curso de Graduação em Ciências Sociais, ensinando-nos a respeitá-lo e admirá-lo.

Aos professores Ruth Vasconcelos e Walter Matias, pelo compromisso acadêmico e pelo incentivo para a vida.

Aos amigos assentados que abriram as portas de suas casas e me deixaram partilhar as angústias e alegrias da vida sofrida de quem, como no dito popular, “verga, mas não quebra”.

Aos amigos de todas as horas, George Rolim e Josineide Francisco.

À Universidade Federal de Alagoas, em especial à Faculdade de Direito, pelo apoio concedido; e aos meus alunos e amigos do Centro de Ensino Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca – CESAMA, pelo incentivo e confiança.

À minha família, que, longe ou perto, sempre acreditou que era possível.

A todos os amigos que sempre estiveram ao meu lado e que me ajudam nos caminhos da vida.



*Mas douto, uma esmola
a um homem que é são
ou lhe mata de vergonha
ou vicia o cidadão*

RESUMO

CAVALCANTE, Paulo Aparecido. Mudança e resistência: a experiência dos assentamentos rurais no município de Girau do Ponciano. Alagoas, **2007**, **119p**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação e Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas.

Este é um trabalho sobre os assentamentos rurais no município de Girau do Ponciano, no estado de Alagoas. Ele busca analisar a realidade enfrentada pelas famílias beneficiadas nos projetos, apresentando os limites impostos a elas pelo precário desenvolvimento das políticas públicas e pela falta de infra-estrutura social e produtiva. Para tanto realizamos visitas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, à Secretaria de Agricultura e Pesca do Estado de Alagoas, ao Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas - ITERAL, aos assentamentos de Girau do Ponciano, além de pesquisa documental e bibliográfica, buscando obter informações sobre os assentamentos rurais e as políticas neles desenvolvidas. O contato com a realidade vivida nos assentamentos nos permitiu constatar que as famílias beneficiadas nos projetos tendem, pela ineficiente ação do Estado, a buscar formas alternativas para a mediação de seus problemas, recorrendo muitas vezes aos mandatários locais, reproduzindo velhas práticas de mando e subserviência. Contudo, apesar dos problemas, as famílias beneficiadas nos projetos reconhecem que a qualidade de vida nos assentamentos é melhor que a que tinham antes, principalmente porque o acesso à terra e o trabalho realizado nela permitem a produção do alimento de cada dia.

Palavras-chaves: Assentamentos rurais, reforma agrária, Alagoas.

ABSTRACT

CAVALCANTE, Paulo Aparecido. **Mudança e resistência: a experiência dos assentamentos rurais no município de Girau do Ponciano. Alagoas, 2007, 119p.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação e Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas.

This is a research about the rural settlements on the municipal district of Girau do Ponciano, in the State of Alagoas. It analyses the reality faced by families beneficiated in projects, showing the limits enforced to them from the precarious development of public politics and from the lack of social and productive substructure. To do that, we visited the Colonization and Rural Reform National Institute – INCRA, the Rural and Fishing Office of the State of Alagoas, the Alagoas' Land and Rural Reform Institut – ITERAL, the settlements on Girau do Ponciano, besides documental and bibliographic search, looking for information about rural settlements and politics developed there. The contact with the reality in the settlements allowed us testify that families beneficiated in projects, because of the inefficient action of the State, tend to look for alternative forms of mediation of their problems, running over local mandataries, reproducing old practices of power and subservience. However, in spite of the problems, families beneficiated in projects admit that life quality in settlements is better than the life they had before, specially because the accessibility to land and the work realized on it allow the production of every day food.

Key-words: rural settlements, rural reform, Alagoas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1	
 QUESTÃO AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL..	21
1.1 - Agricultura familiar e trabalhador rural no Brasil: uma breve discussão sobre as transformações recentes.....	21
1.2 - Pressão social e transformações: a experiência dos assentamentos rurais no Brasil	33
CAPÍTULO 2	
 POSSE DA TERRA, TRABALHADORES RURAIS E ASSENTAMENTOS EM ALAGOAS	38
2.1 - Posse da terra em Alagoas	38
2.2 - A luta pela terra e os assentamentos rurais em Alagoas	51
CAPÍTULO 3	
 A EXPERIÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE GIRAU DO PONCIANO	60
3.1 - Organização da produção, infra-estrutura e mediação dos problemas: a vida nos assentamentos	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 103

ANEXOS 107

TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas

Tabela 1 - Brasil – Confronto dos resultados dos censos agropecuários de 1985 e 1995-1996	29
Tabela 2 - Brasil – Estabelecimento, área e valor bruto da produção e percentual do financiamento total (FT)	30
Tabela 3 - Alagoas: Relação entre número, área e pessoal ocupado nos estabelecimentos agrários, segundo grupos de área total.....	49
Tabela 4 - Assentamentos rurais em Alagoas.....	58
Tabela 5 - Girau do Ponciano - relação entre número e área nos estabelecimentos agrários, segundo grupos de área total.....	62
Tabela 5 – Assentamentos de Famílias/implantação de projetos.....	112

Gráficos

Gráfico 1 - Alagoas - evolução da mão-de-obra escrava 1824 - 1855.....	39
Gráfico 2 – Alagoas – Produção de cana: 1960/1980 (1.000t)	44
Gráfico 3 - Proporção da população ocupada com rendimento médio mensal de todos os trabalhadores de até 1/2 salário mínimo – Brasil e Unidades da Federação	108
Gráfico 4 - Proporção da população ocupada com rendimento médio mensal de todos os trabalhadores de até 1/2 salário mínimo – Brasil e Unidades da Federação	109
Gráfico 5 - Brasil, Nordeste, Alagoas - distribuição percentual da população ocupada por grupamento de atividades	110
Gráfico 5 – Famílias assentadas por ano	111

MAPAS E FOTOGRAFIAS

Mapas

Mapa 1 - Alagoas: municípios com presença de assentamentos rurais em 2005	57
Mapa 2 - Girau do Ponciano: localização aproximada dos assentamentos	61

Fotografias

Foto 1 - Agrovila do assentamento Paraná	71
Foto 2 - Residência do assentamento Paraná	88
Foto 3 - Residência com cisterna na agrovila Sete Casas	92
Foto 4 - Escola do assentamento Paraná	93

SIGLAS E ABREVIATURAS

BID - BANCO Interamericano de Desenvolvimento

CEAL - Companhia Energética de Alagoas

CORAL - Coordenadoria de Regulação e Titulação de Terras de Alagoas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERAL - Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PNRA - Plano Nacional de Desenvolvimento Agrário

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste

PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura agrária é reflexo de um processo histórico que teve início com a exploração e a colonização das terras que compõem o território brasileiro. Esse processo esteve sempre marcado pela presença da grande propriedade rural, pela exploração da força de trabalho e também pelas lutas sociais no campo. A resistência indígena, os quilombos, as ligas camponesas, os sindicatos rurais, os movimentos sociais rurais são exemplos dessas lutas que, ao se constituírem, têm denunciado a concentração de terras e as formas como a exploração do trabalhador rural têm se desenvolvido na produção agrária. Essas lutas suscitam o debate e apresentam à sociedade o problema agrário, ao mesmo tempo que forçam a ação do Estado através da realização de políticas públicas.

Exemplos da resistência do homem do campo nas últimas décadas e resultado de novas práticas de contestação e luta, os assentamentos rurais, principalmente a partir da década de 80, passam a integrar o cenário rural de nosso país. Eles são frutos da capacidade organizativa de setores da sociedade civil que pressionam o aparelho estatal, visando à distribuição de terras produtivas aos trabalhadores sem acesso a elas.

No Brasil, os assentamentos rurais já somam mais de 6,5 mil projetos que beneficiam mais de 922 mil famílias ocupando uma área superior a 51,5 milhões de hectares¹.

Os projetos de assentamento desenvolvidos no Brasil caracterizam uma série de intervenções fundiárias por parte do poder público, que se realiza, normalmente, de forma pontual, como solução de problemas específicos, ligados ao conflito agrário e sob intensa pressão social. Eles envolvem em sua criação uma multiplicidade de atores que se entrecruzam desde o processo de articulação dos trabalhadores e de suas reivindicações, passando pelas ocupações de terra, até a constituição do assentamento.

Nos assentamentos, a vida nem sempre reflete as expectativas que se acumularam nas famílias beneficiadas nos projetos durante o período que antecedeu a posse da terra. É um processo marcado por conflitos internos e externos que provoca alterações nas vidas dos assentados e na região de sua implantação.

As políticas públicas desenvolvidas nos assentamentos desde sua criação e o trabalho realizado por aqueles que obtêm o acesso a terra melhoram, na maioria das vezes, as condições de vida das famílias assentadas, principalmente se comparadas às condições de vida dessas famílias antes do assentamento. Porém, a falta de apoio técnico especializado aliada a políticas públicas insuficientes, geralmente elaboradas e executadas sem considerar os interesses e a formação cultural das

¹ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Desenvolvimento agrário como estratégia: balanço MDA, 2003-2006. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Porto Alegre, NEAD, 2006, p. 123.

peças envolvidas, impede o desenvolvimento dos assentamentos e fazem com que as famílias assentadas permaneçam dependentes tanto do Estado quanto dos mandatários locais, reproduzindo as práticas de mando e de exercício do poder tradicionalmente vivenciadas na região de sua implantação.

Entre 1987 e 1989, como fruto da luta dos trabalhadores rurais organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, foram implantados em Alagoas 5 projetos de assentamentos rurais em 4 municípios do sertão. Era o início de um processo que conta atualmente com 105 projetos de assentamentos rurais, espalhados por todo o território do Estado, beneficiando mais de 8,3 mil famílias em uma área de aproximadamente 72,6 mil hectares de terra².

Muitas dessas famílias são de trabalhadores rurais ligados à produção da cana-de-açúcar, que, expulsos da terra principalmente depois da reorganização produtiva desencadeada no setor sucroalcooleiro a partir da década de 70, passaram a pressionar a estrutura do Estado com o objetivo de ter acesso à terra através dos movimentos sociais ligados à reforma agrária.

O município de Girau do Ponciano, local onde se desenvolveu nossa pesquisa de campo, é atualmente a segunda maior área reformada do Estado de Alagoas, possuindo o maior assentamento rural do Estado até o momento. Nesse município existem sete projetos de assentamentos rurais que beneficiam 635 famílias em uma área de aproximadamente 7,5 mil hectares

² INCRA. Identificação dos projetos de reforma agrária. 2007.

de terra. Desses, estudamos os assentamentos *Paraná*, *Japão II*, *Santa Izabel e Rendeira*³, constituídos há mais de 5 anos e que juntos beneficiam 563 famílias em uma área de aproximadamente 6,7 mil hectares⁴.

No município de Girau do Ponciano a mediação do Sindicato de Trabalhadores Rurais foi fundamental na seleção das famílias e na consolidação de alguns de seus mais antigos assentamentos. Os assentamentos *Paraná* e *Santa Izabel* se constituíram a partir de uma articulação que envolveu o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o INCRA e os proprietários das terras. O assentamento *Japão II* fez parte de um projeto de regularização fundiária desenvolvido pelo governo federal em meados da década de 80, que se efetivou em 2001, através da medição do sindicato, com a aquisição das terras e a regularização dos lotes pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, enquanto o assentamento *Rendeira* é resultado de uma ocupação de terras organizada pelo Movimento Nacional de Trabalhadores Sem Terra – MST.

Mesmo estando dentro dos territórios do município de Girau do Ponciano, os assentamentos rurais *Roseli Nunes*, *Nova Paz* e *Sete Coqueiros* não foram incluídos em nossa pesquisa em virtude de se encontrarem em fase de implantação, o que, em nosso entendimento, dificultaria a análise dos problemas enfrentados pelas famílias beneficiadas nesses projetos.

Em nosso trabalho analisamos as condições de moradia e produção das famílias beneficiadas nos projetos no município de Girau do Ponciano.

³ O assentamento Rendeira é, até o momento, o maior assentamento rural de Alagoas tanto em área utilizada (4,4 mil hectares de terra) quanto em quantidade de famílias (287 no total).

⁴ INCRA. Identificação dos projetos de reforma agrária. 2007.

Demos especial atenção à disponibilidade e possibilidades de acesso a serviços públicos, como: saúde, educação, água potável e para irrigação, energia elétrica, condições das estradas e do transporte, além de procurarmos entender as formas como se efetivam as mediações para a obtenção desses serviços.

Nossa pesquisa se desenvolveu buscando informações sobre os assentamentos rurais existentes no Brasil, em Alagoas, com especial atenção para os dados que envolviam os assentamentos em Girau do Ponciano, através de revisão bibliográfica, levantamento de dados e pesquisa de campo.

Junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ao Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas - ITERAL, e à Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca do Estado de Alagoas, buscamos informações sobre os projetos de assentamentos rurais existentes no Estado e sobre as políticas públicas desenvolvidas nesses assentamentos.

Na região dos assentamentos estudados, realizamos visitas aos sindicatos de trabalhadores rurais, às prefeituras de Girau do Ponciano e de Arapiraca, a empresários ligados à produção de fumo e milho, a políticos da região e aos assentamentos rurais existentes no município de Girau do Ponciano, sempre com o objetivo de entendermos a realidade que permeia a vida das famílias beneficiadas nos projetos.

Essas visitas resultaram em entrevistas realizadas com lideranças indicadas pelos moradores dos assentamentos, com representantes das prefeituras de Girau do Ponciano e Arapiraca, com representantes dos

sindicatos de trabalhadores rurais de Girau do Ponciano, com presidentes de associações dos assentamentos, com moradores dos assentamentos, com empresários ligados à produção de fumo e milho, com professores que atuam em escolas nos assentamentos e com outras pessoas que direta ou indiretamente se relacionam com os problemas enfrentados pelas famílias assentadas.

As entrevistas, semi-estruturadas, foram realizadas em locais indicados pelos próprios entrevistados, como, por exemplo, salas de aula, residências, praças ou escritórios, normalmente com a presença de outras pessoas, curiosas pela presença de um estranho e que, vez por outra, participavam, ajudando a esclarecer um ou outro ponto do questionamento.

Nos assentamentos estudados, composto majoritariamente por famílias que já habitavam a região mesmo antes da implantação dos assentamentos não é incomum que tradicionais práticas de mando e subserviência sejam buscadas na mediação de problemas. Porém observamos neles famílias que sob intensas dificuldades tiram seu sustento do trabalho com a terra, melhorando a condição de suas vidas principalmente quando comparada à vida que tinham antes da chegada ao assentamento. Neles, o acesso a água, educação, saúde, energia elétrica, entre outras políticas públicas, tão distantes anteriormente passam a ser uma possibilidade efetiva. E o alimento diário, tão difícil em um passado recente, é uma realidade possibilitada pela produção na terra que agora lhes pertence.

Sobre a questão agrária e os assentamentos rurais no Brasil, utilizamos como referencial os estudos de Medeiros (1989), Leite (2004), Palmeira e Leite (1998), Medeiros e Leite (2002–2004), Graziano da Silva (1980), Silva (1997), Carvalho (1999) e Guanzioli (2001). Em relação à questão agrária e aos assentamentos rurais em Alagoas, utilizamos como referencial Mello (2002), Lages e Ramos (1999), Souza (2001), Heredia (1988) e Carvalho (2001).

Além da introdução, apresentamos no capítulo 1 uma breve análise da questão agrária e dos assentamentos rurais no Brasil nas últimas décadas. No capítulo 2 explicitamos uma análise das transformações mais recentes no cenário agrário alagoano com seus impactos para o trabalhador rural e para a agricultura familiar, e ainda, uma breve exposição sobre o desenvolvimento dos projetos de assentamentos rurais no Estado. No capítulo 3 caracterizamos o município de Girau do Ponciano e os assentamentos estudados, assim como apresentamos a análise dos dados obtidos.

CAPÍTULO 1

QUESTÃO AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

1.1 – Agricultura familiar e trabalhador rural no Brasil: uma breve discussão sobre as transformações recentes

De 1945 a 1964 o Brasil viveu, no meio rural, um período de efervescência social. Os conflitos no campo se intensificaram, trabalhadores organizados em ligas, sindicatos e associações passaram a denunciar a exploração da mão-de-obra e a elevada concentração de terras do país, exigindo transformações na estrutura fundiária e na legislação trabalhista, buscando a equiparação entre os direitos dos trabalhadores rurais e os direitos dos trabalhadores urbanos.

A riqueza do período que se encerra com o golpe militar foi enorme. É nele que se desenvolveram as primeiras experiências mais abrangentes de organização dos trabalhadores do campo e em que, através de um complexo processo político, suas reivindicações imediatas se articularam com demandas amplas que colocavam em questão determinadas formas de poder, das quais o latifúndio era o maior símbolo. Evidentemente isso foi produto de uma conjuntura

muito particular, ligada ao desenvolvimentismo, ao populismo, ao crescimento do movimento operário.⁵

A ação desses trabalhadores, através de suas organizações, com destaque para a participação da Ligas Camponesas e dos sindicatos de trabalhadores rurais, pressionou as estruturas do Estado e fez com que uma legislação que amparasse o homem do campo fosse gestada. Em 1963 temos a edição do Estatuto do Trabalhador Rural e em 1964 a promulgação do Estatuto da Terra, no primeiro governo do regime militar. O Estatuto do Trabalhador Rural estendeu aos trabalhadores rurais alguns direitos trabalhistas até então limitados aos trabalhadores urbanos. O Estatuto da Terra⁶ passa a estabelecer um aparato jurídico, autorizando a ação do Estado sobre o problema da concentração fundiária no Brasil em ações de colonização e reforma agrária.

Essa possibilidade de ação efetiva do Estado, autorizada pelo Estatuto da Terra, criou a expectativa de que a reforma agrária finalmente poderia ser realizada. Porém, as ações do Estado durante o regime militar se efetivaram atendendo aos interesses da grande propriedade. Suas práticas concentraram ainda mais a terra, agravaram os problemas dos agricultores familiares e as ações referentes à reforma agrária foram realizadas em projetos de colonização nas regiões da Amazônia ou, após muita pressão por

⁵ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro, Fase, 1989, p.79.

⁶ O Estatuto da Terra é promulgado com o objetivo de regular [...] os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promulgação da Política Agrícola (BRASIL, 1964).

parte dos trabalhadores rurais, em áreas onde o conflito agrário havia se instalado como tentativa de solucionar problemas específicos:

[...] durante o regime militar prevaleceu, inequivocamente, a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da “reforma agrária” do Estatuto. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas. Medidas de “reforma agrária” (desapropriações por interesse social) foram usadas topicamente, para resolver um ou outro conflito. Rapidamente, os governantes acionaram instrumentos já utilizados no passado, anteriores ao Estatuto, como alternativas às desapropriações: grandes projetos de colonização, regularização fundiária, imposto territorial rural, compra de terras etc. O próprio Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), organismo destinado a implementar a reforma agrária, foi substituído pelo INCRA, voltado fundamentalmente para a colonização e administração da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). Desapropriações só eram arrancadas com muita pressão por parte dos sindicatos de trabalhadores rurais ou de entidades de apoio à luta dos trabalhadores rurais, em especial a CPT.⁷

A partir do golpe militar de 1964, o desenvolvimento do processo relacionado à produção agrária no Brasil se efetivou sob a crença da superioridade da grande produção agrícola e da incapacidade produtiva da agricultura familiar. É o processo de modernização conservadora⁸ da agricultura brasileira que, articulando o capital urbano industrial, os grandes latifundiários e a ação efetiva do Estado, se consolidou, através do avanço do capitalismo sobre o campo, com a implementação de novas tecnologias na produção agrária e a incorporação, por parte dos grandes latifúndios, das pequenas e médias propriedades rurais. Seu desenvolvimento manteve a

⁷ LEITE, Sérgio [et al]. Impactos dos assentamentos rurais um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo, Unesp. 2004, p. 38.

⁸ Para Graziano da Silva (1982, p. 77) as políticas de modernização desencadeadas pelo Estado trouxeram benefícios para o latifúndio e também para outros setores da economia, que passaram a ver no campo uma possibilidade de investimento em virtude da possível valorização das terras e pela possibilidade de obtenção de recursos públicos que seriam aplicados em operações financeiras com maior rendimento.

estrutura fundiária concentrada, acirrando as desigualdades e fazendo com que a produção da agricultura familiar fosse se tornando cada vez mais desacreditada.

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo, agravaram-se as condições ambientais. Por isso, os autores gostam de usar a expressão “modernização conservadora”.⁹

A exclusão da agricultura familiar do processo produtivo, levada a cabo pelo processo de modernização da agricultura, expulsou da terra um número muito grande de agricultores familiares e trabalhadores rurais. Os agricultores familiares tiveram sua produção inviabilizada, sendo afastados dos meios de financiamento e comercialização. Os trabalhadores envolvidos com a produção agrária foram atingidos pelo fechamento de postos de trabalho, ocorridos principalmente pela incorporação, por parte dos grandes latifúndios, das pequenas e médias propriedades e em decorrência da implementação das novas tecnologias na produção agrária. O resultado desse processo foi a intensificação do êxodo rural e da concentração de terras, e seus reflexos se expressam na intensa desigualdade social, política e econômica vivida no meio rural e urbano.

⁹ PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F.; SANTOS, R. N. (Orgs.). Política e reforma agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 92 e 93.

O fato é que a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de sessenta e setenta foi ainda muito mais acelerada que em períodos anteriores. E essa expansão destruiu outros milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte de sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em bóia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra.¹⁰

Aos trabalhadores rurais expulsos da terra, nesse processo, que aliou concentração fundiária, inovação tecnológica e descarte da agricultura familiar a migração para a periferia dos grandes centros urbanos em busca de trabalho, apresentou-se como uma das mais recorrentes alternativas. Nas cidades esses trabalhadores e suas famílias foram desprezados pelo mercado de trabalho, cada vez mais exigente, passando a viver à margem da sociedade, aumentando, ainda mais, os bolsões de miséria já existentes. Nos centros urbanos pressionam os equipamentos, serviços e postos de trabalho dentro de um contexto de transformações da economia brasileira que tem, de um lado a modernização industrial e a globalização e, do outro, a recessão econômica e a falência do Estado.

A equação da migração é simples e óbvia: o rurícola é expulso do campo, na cidade não há emprego e a favela, onde costumava-se refugiar-se, está hoje ocupada pelo crime organizado. Daí só existem dois caminhos: ou ele se incorpora a marginalidade – criminosa ou não – ou pressiona o recurso disponível, isto é, a terra ociosa que não cumpre sua função social, alistando-se no MST.¹¹

¹⁰ GRAZIANO SILVA, José da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar. 1982, p. 12.

¹¹ SILVA, José Gomes da. A Reforma Agrária na Virada do Milênio. Maceió, Edufal, 1997, 2ª edição, p. 183 e 184.

Na década de 80, com a redemocratização, reacende-se a esperança de solução do problema agrário brasileiro. Depois de um período de repressão e censura imposto à sociedade brasileira pelo regime militar, o debate sobre a questão agrária foi retomado, tanto no meio acadêmico quanto na imprensa, devido aos constantes embates entre governo, proprietários de terra e os movimentos que lutam por reforma agrária, despertando a atenção da população urbana e rural para os problemas do campo no Brasil.

No início dos anos 80 ganhou novamente visibilidade no espaço público o debate em torno da reforma agrária impulsionado pelos conflitos crescentes na década de 70, envolvendo principalmente posseiros e rendeiros, foreiros etc. e, num segundo momento, pelos acampamentos e ocupações de terra, fundamentais na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passaram a ocorrer com maior intensidade no sul do país.¹²

As organizações dos trabalhadores rurais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST¹³, ganham força novamente e fazem com que suas reivindicações repercutam na mídia e na sociedade, causando incômodos às várias esferas de governo. As suas

¹² MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio. Perspectivas para análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: DA SILVA, Francisco Carlos T.; SANTOS, Raimundo & COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Mundo rural e Política ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro, Campus, 2002, p. 153.

¹³ O Movimento Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é fruto da articulação de trabalhadores rurais organizados em movimentos populares de luta pela terra que pressionavam o Estado para realização da reforma agrária, através de ocupações de terras principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul no início da década de 80 e que com a participação efetiva da Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra – CPT, organizam um encontro nacional de trabalhadores rurais sem terra em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, e fundam oficialmente o MST, que passa a atuar em nível nacional organizando os trabalhadores desejosos de reforma agrária em manifestações e ocupações de terra por todo o país.

práticas de ocupações de terras, de assentamentos, de produção agrária e de distribuição dos produtos agrícolas despertaram nos trabalhadores rurais a possibilidade de concretização de um sonho, apresentando alternativas viáveis de organização, reivindicação e produção.

Uma das marcas notáveis da vida política brasileira nos últimos 40 anos foi a emergência dos trabalhadores rurais na cena política, constituindo-se progressivamente como sujeitos sociais, numa trajetória descontínua, marcada por avanços e recuos, vitórias e derrotas. Num processo tenso, caracterizado por vezes por interrupções bruscas, eles marcaram sua presença através de grandes manifestações coletivas – encontros, atos públicos, greves, acampamentos, ocupações de terras – que trouxeram à luz grupos sociais diferenciados, portadores de reivindicações distintas, mas que tinham algo em comum: o questionamento do lugar que lhes fora imposto no interior da sociedade.¹⁴

Em meio às pressões sociais a Nova República inseriu em seu programa de governo a reforma agrária como prioridade, instituindo o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que inicialmente estabeleceu metas a serem executadas referentes à extensão da área a ser desapropriada e à quantidade de famílias que deveriam ser assentadas, definindo, assim, áreas prioritárias para a reforma agrária. Todavia, as esperanças se frustraram. As práticas de reforma agrária da Nova República se resumiram a repetir as do regime militar: foram sempre pontuais e sanativas de conflitos específicos.

Com a consolidação do modelo de agricultura moderna no Brasil, as possibilidades de geração de renda agrícola na propriedade familiar ficaram limitadas, fazendo com que, principalmente a partir da década de 90, parte

¹⁴ MEDEIROS, Leonilde Sérvo. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro, Fase, 1989, p. 211.

dos agricultores familiares passassem a intensificar a busca de rendas alternativas. Pressionados pela grande propriedade, muitos dos que perseveraram e permaneceram no meio rural não conseguiram gerir seu sustento do trabalho agrícola em sua propriedade, passando a buscar outras formas de sobrevivência, utilizando com maior frequência o trabalho não agrícola, seja no meio rural ou urbano, mas, na maioria das vezes, com a expectativa de viabilizar recursos para a sua produção agrária:

[...] as informações disponíveis indicam que a grande massa de pequenos produtores familiares que não se integrou com a agroindústria e permaneceu no campo continuou com duas alternativas de sobrevivência que sempre teve: tentar a sorte na fronteira agrícola ou procurar sobreviver na área de origem, intensificando, quando possível, a produção no espaço disponível e/ou buscando complementar a renda insuficiente por todo tipo de ocupações, agrícolas e não agrícolas, fora da unidade familiar. Dada a não realização da reforma agrária, ficou limitado o potencial de geração de ocupações agrícolas não assalariadas nos vastos espaços rurais improdutivos do país. [] A maior oferta de ocupações não agrícolas no espaço rural pode estar configurando, portanto, muito mais um reforço às estratégias tradicionais de agricultores: por exemplo, ante a falta de crédito de custeio para financiar a safra seguinte, muitos agricultores recorrem tradicionalmente a outras atividades e/ou biscates visando reforçar seu capital de giro na entressafra; mas o objetivo principal é plantar no verão, ou seja, manter e consolidar seus sistemas produtivos agropecuários.¹⁵

A relação entre os Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96 demonstra uma redução expressiva no número de estabelecimentos rurais (16,24%), ressaltando a tendência à concentração de terras vivida no Brasil nas últimas décadas.

¹⁵ GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENCOURT, Gilson. Agricultura familiar e agrária no século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, 2001, p. 35.

Tabela 1

Brasil – Confronto dos resultados dos censos agropecuários de 1985 e 1995-1996				
Estabelecimento, condição do produtor e pessoal ocupado		1985	1995-1996	Variação %
Estabelecimentos		5 802 206	4 859 865	-16,24
Condição do produtor	Proprietário	3 748 024	3 604 343	-3,83
	Arrendatário	575 119	268 294	-53,35
	Parceiro	444 324	277 518	-34,54
	Ocupante	1 034 739	709 710	-31,41
Pessoal ocupado		15 557 399	11 978 511	-23,00
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1985 e 1995/96				

Os dados dos censos demonstram que os produtores que mais sofreram redução foram os não-proprietários – potenciais demandantes de reforma agrária -, que são os que têm vínculos mais instáveis com a terra e com o mercado de trabalho, onde se incluem: arrendatários, com redução de 53,35%; parceiros, com redução de 34,54%; e ocupantes, com redução de 31,41%. Essa redução no número de estabelecimentos rurais retirou do

mercado agrário 23% das pessoas envolvidas com a produção, mais de 3,5 milhões de trabalhadores.

Tabela 2

BRASIL – ESTABELECIMENTO, ÁREA E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E PERCENTUAL DO FINANCIAMENTO TOTAL (FT)							
Categorias	Estab. Total	% Estab. s/Total	Área Total (ha)	% Área Total	VBP* (R\$ mil)	% VBPs/Total	% FT s/Total
Familiar	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	25,3
Patronal	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61,0	73,8
Inst. Pia/Religiosas	7.143	0,1	262.817	0,1	72.237	0,2	0,1
Entidade pública	158.719	3,3	5.529.574	1,6	465.608	1,0	0,8
Total	4.859.732	100,0	353.602.963	100,0	47.795.510	100,0	100,0
Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, <i>apud</i> Guanzioli <i>et al</i> (2001, p. 35). VBP – Valor bruto da produção							

Os dados da tabela 2 informam que no Brasil existem 4.859.732 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 353.602.963 hectares, desse total, 4.139.369 estabelecimentos (85,2%) são utilizados para produção da agricultura familiar em uma área de 107.768.450 hectares, que corresponde a 30,5% da área total utilizada. Esses estabelecimentos são

responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agrária, utilizando apenas 25,3% dos recursos disponíveis para o financiamento da agricultura. Os estabelecimentos patronais, que ocupam 67,9% da área utilizada e que contam com 73,8% do total dos recursos disponíveis para o financiamento da produção agrária, utilizam apenas 23,1% do pessoal ocupado.

Guanziroli (2001), com base no censo agropecuário 1995/96 e verificando a importância da agricultura familiar para a utilização de mão-de-obra, afirma que:

a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro. Dos 17,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, 13.780.201 estão empregadas na agricultura familiar. Mesmo dispoindo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do pessoal ocupado¹⁶.

As transformações ocorridas no campo nas últimas décadas não se encontram circunscritas aos efeitos da modernização conservadora no latifúndio brasileiro (PALMEIRA & LEITE)¹⁷. A realidade agrária atual inclui um número muito grande de trabalhadores rurais que com suas famílias sobrevivem da propriedade familiar, seja de forma direta ou indireta, e por isso demandam uma atenção especial por parte dos gestores públicos. A agricultura familiar, nas últimas décadas, apesar dos problemas que lhe foram impostos, tem se apresentado como um instrumento importante de

¹⁶ Idem.

¹⁷ PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F.; SANTOS, R. N. (Orgs.). Política e reforma agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 134.

utilização de mão-de-obra, de fixação do trabalhador rural na terra e de produção agrícola.

1.2 – Pressão social e transformações: a experiência dos assentamentos rurais no Brasil

Nas últimas décadas, sob constante pressão dos movimentos sociais, o governo tem atuado em relação ao problema agrário regularizando a posse de pequenos agricultores familiares e/ou realizando a desapropriação de terras para efeitos de reforma agrária, constituindo assentamentos rurais nas mais diversas regiões do país.

A pressão dos trabalhadores rurais, através dos movimentos sociais que atuam no campo, fez com que, no Brasil, na última década, houvesse uma elevação significativa do número de famílias assentadas. Em 1990 existiam 876 assentamentos de reforma agrária no Brasil (PALMEIRA E LEITE)¹⁸. Em 2007, segundo dados do INCRA, são mais 6,5 mil projetos de assentamentos, atendendo a aproximadamente 922 mil famílias, utilizando uma área total de 51,3 milhões de hectares de terra, representando atualmente um universo significativo de demandas e transformações sociais:

[...] é importante ressaltar que, do ponto de vista das políticas públicas, a emergência dessas unidades se fez através da lógica de intervenção pontual sobre situações de conflito, segundo sua gravidade e/ou a importância e capacidade de se fazer valer dos

¹⁸ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Desenvolvimento agrário como estratégia: balanço MDA, 2003-2006. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Porto Alegre, NEAD, 2006, p. 123.

diferentes interesses envolvidos nas desapropriações. Sob esse prisma, as unidades criadas são espacialmente dispersas, muitas vezes sem nenhuma infra-estrutura viária (dificultando ou mesmo inviabilizando mercados para os produtos gerados), com apoio financeiro, de assistência técnica, sanitário e educacional em geral muito deficientes.¹⁹

O termo assentamento rural é usado normalmente para generalizar uma série de intervenções fundiárias do poder público unificando uma multiplicidade de ações: a regularização da posse da terra em áreas ocupadas por posseiros; a fixação de rendeiros ameaçados de expulsão; a distribuição a famílias de trabalhadores rurais desprovidos de terra e organizados em movimentos sociais; realocação de famílias atingidas por grandes obras no meio rural; preservação de famílias tradicionais; etc. Sua constituição envolve também uma múltipla gama de beneficiários, diretos e indiretos, com uma história vinculada a terra: posseiros; filhos de produtores familiares pauperizados; parceiros; pequenos produtores atingidos pela construção de hidroelétricas; seringueiros; trabalhadores rurais; populações da periferia urbana, aposentados, entre outros. (MEDEIROS & LEITE)²⁰.

Para ser criado, um assentamento rural tem, na maioria das vezes, a participação dos trabalhadores rurais demandantes por terra, do Estado e de vários outros atores que se entrecruzam desde o momento da organização das reivindicações, passando pela constituição dos assentamentos e permanecendo após sua efetivação. A constituição e manutenção de um

¹⁹ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio. Perspectivas para análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: DA SILVA, Francisco Carlos T.; SANTOS, Raimundo & COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Mundo rural e Política ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro, Campus, 2002, p. 155.

²⁰ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio (Orgs.). Assentamentos Rurais mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

assentamento rural implicam a participação de movimentos sociais, de proprietários de terras, de ONGs, de sindicatos de trabalhadores rurais, da Igreja, das várias esferas de governo e de seus poderes, de entidades ligadas ao desenvolvimento de assistência técnica etc.

Além de trabalhadores demandantes de terra e de suas entidades de representação e apoio, há muitos outros atores diretamente envolvidos no processo de assentamento e que também são determinantes na sua conformação: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão do governo federal atualmente vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); os institutos de terra estaduais, as secretarias de Agricultura e seus organismos de assistência técnica; prefeituras; o Poder Judiciário; organizações não-governamentais (Ongs) voltadas para o apoio e assessoria aos trabalhadores ou especializadas na elaboração de projetos específicos de desenvolvimento etc.²¹

Ao se constituírem, os assentamentos encerram uma fase em que a luta pela terra se apresenta como principal objetivo e inicia uma outra em que a heterogeneidade de seus participantes passa a se apresentar²². São diferentes expectativas e experiências de vida que se relacionam, favorecendo o surgimento de novos conflitos e disputas em seu interior:

[...] o assentamento expressa no momento da sua criação um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação formal. Nesse momento encerra-se um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área,

²¹ Idem, p. 18.

²² Para Mello (2002, p. 195), acampamentos e assentamentos vivem situações não apenas distintas, mas extremamente adversas e internamente conflituosas. Se nem sempre existe um razoável consenso acerca das formas do encaminhamento das lutas pelo acesso a terra, existem também muitas aspirações que se traduzem em divergentes concepções na organização dos novos espaços produtivos e sociais.

com a posse da terra por uma heterogeneidade de famílias de trabalhadores rurais sem terra.²³

Esse novo espaço social e político que se estabelece com a efetivação do assentamento provoca alterações nas relações sociais e políticas constituídas na região de sua implantação. Essas alterações não se encontram circunscritas à utilização da terra; as relações que se põem no jogo de poder e na constituição das idéias tendem a sofrer alterações que passarão a refletir o jogo de interesses postos nesse novo espaço e na relação que ele vai estabelecer com o seu entorno; elas poderão reproduzir antigas relações existentes na região ou introduzir novas práticas adquiridas no convívio com o processo de luta pela posse da terra.

Instala-se, cria-se e recria-se disputas de poder, de prestígio pessoal, de idéias, etc. Novas relações formais e informais serão estabelecidas com o poder político local, com os movimentos sociais, os sindicatos de trabalhadores rurais, com as prefeituras... Enfim, centenas de pessoas, e em diversos casos, milhares delas, encontrar-se-ão face a face num determinado momento da história de suas vida, e em determinado espaço físico, e necessitarão fazer dele um espaço econômico, político, social e ambiental onde possam reproduzir seus meios de vida e de trabalho, constituir formas de governo localizadas e, mais, realizar os seus sonhos.²⁴

Os assentamentos rurais ao se efetivarem enquanto espaço social, político e econômico expressam a concretização de um processo de luta pela posse da terra, possibilitando, apesar dos problemas, melhores condições de

²³ CARVALHO, Horácio Martins de. A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Disponível no sítio: www.dataterra.org.br.

²⁴ Idem.

vida para os beneficiários, criando ocupação para um número muito grande de trabalhadores rurais, despertando a atenção da sociedade e dos potenciais demandantes por reforma agrária para o resultado da luta pela posse da terra, fortalecendo os movimentos sociais que atuam no campo. Provocam alterações no aparelho estatal com vistas ao atendimento de suas demandas e, normalmente, passam a desempenhar um importante papel na composição do jogo político local. Esses assentamentos são realizados, na maioria das vezes, visando à solução de problemas específicos e expõem, por um lado, a fragilidade dos governos diante do problema da distribuição de terras no Brasil, e, por outro, apresentam à sociedade o reconhecimento, por parte do Estado, do problema agrário e do direito, amparado pela lei, dos trabalhadores rurais desprovidos de terra de terem acesso a ela (LEITE et AL., 2004)²⁵.

²⁵ LEITE, Sérgio [et al]. Impactos dos assentamentos rurais um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo, Unesp. 2004.

CAPÍTULO 2

POSSE DA TERRA, TRABALHADORES RURAIS E ASSENTAMENTOS EM ALAGOAS

2.1 – Posse da terra em Alagoas

Com o desenvolvimento do processo de colonização, a produção da cana-de-açúcar, sempre presente no território alagoano, foi alcançando destaque, passando rapidamente a utilizar as melhores terras, localizadas no Litoral e Zona da Mata²⁶ deslocando os demais cultivos e a criação de gado em direção ao Agreste e ao Sertão.

O gado existente nas áreas canavieiras parece ter-se reduzido gradativamente, permanecendo apenas aquele necessário ao abastecimento dos engenhos, uma vez que a área de criação se havia deslocado para ocupar aquelas parcelas ou áreas consideradas impróprias para o cultivo da cana.²⁷

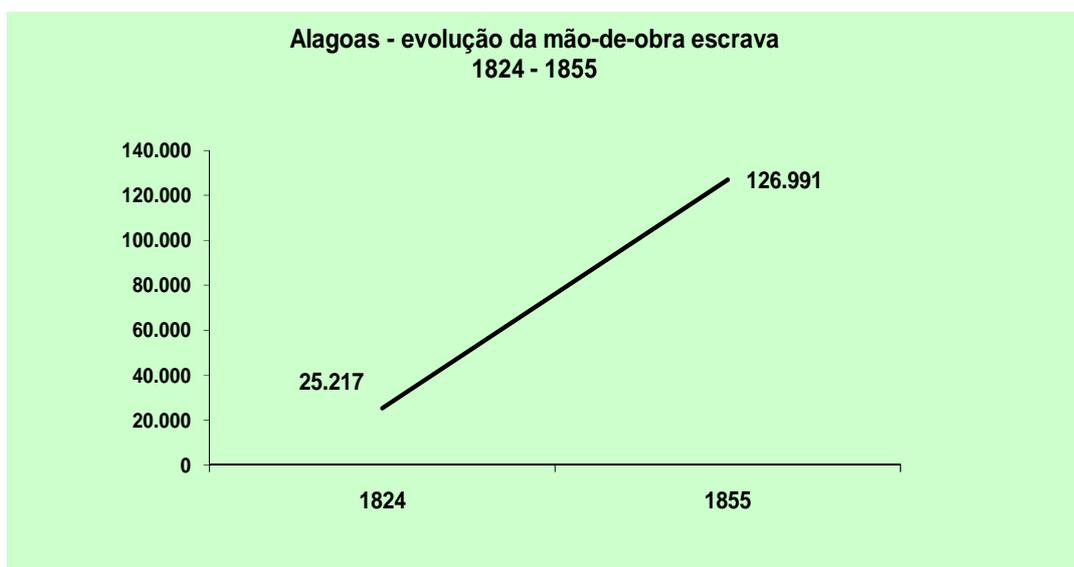
²⁶ Apesar de a cana-de-açúcar ter se tornado rapidamente o principal produto produzido nas terras que compõem a Zona da Mata e o Litoral alagoano, ela não era o único, essas terras eram utilizadas também para a produção de outras culturas e para a criação de gado (HEREDIA, 1988).

²⁷ HEREDIA, Beatriz Alasia de. A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo, Marco Zero, 1988, p. 46.

O avanço da produção de cana no território alagoano fez com que houvesse uma elevação no número de engenhos ligados à produção de açúcar, da ordem de 190% em um espaço de 32 anos. Entre os anos de 1770 e 1802 os engenhos passaram de 62 unidades produtoras para 180.

Com a intensificação da cultura da cana e da produção de açúcar em Alagoas, os produtores passaram a utilizar, com maior frequência, a mão-de-obra escrava, prática já comum no restante do país. Em um período de 31 anos, entre 1824 e 1855, a utilização da mão-de-obra escrava no Estado subiu de 25.217 para 126.991 indivíduos (DIEGUES JR.)²⁸.

Gráfico 1



Fonte: DIEGUES JR.

²⁸ DIEGUES JR, Manuel. O Bangüê nas Alagoas. Maceió, Edufal, 1980, p. 146.

Com o fim da escravidão, em 1888, a mão-de-obra escrava não foi substituída de imediato pelo trabalho assalariado; os produtores, por muito tempo, passaram a utilizar formas alternativas para a execução do trabalho na lavoura, como a meação e a utilização do morador, fato que muito pouco alterou a relação estabelecida entre o negro escravo e o proprietário. Libertos, mas sem condições de produzir seu próprio sustento, tinham de se submeter à nova situação imposta pelos produtores (SOUZA)²⁹.

Os moradores e os meeiros, brancos ou negros, estabeleciam com os proprietários das terras uma relação de submissão que se constituía em virtude de uma dívida moral que os moradores ou os meeiros reconheciam ter com os proprietários das terras, pela concessão dada por eles para utilização ou moradia.

A concessão do senhor de engenho e o reconhecimento a que se obrigava o morador que a recebia constituíam partes de um único sistema de dominação. A relação assim constituída era o pilar sobre o qual se estruturava a relação de moradia³⁰.

No final do século XIX e início do século XX, período marcado pela substituição dos engenhos pelas usinas, Alagoas se apresentava no cenário nacional como um importante produtor de açúcar, abastecendo o mercado interno e exportando parte de sua produção.

²⁹ SOUZA, Dílson Renan de. Reforma agrária: as experiências em Alagoas (1980/2000). Maceió, Edufal, 2001, p. 39.

³⁰ HEREDIA, Beatriz Alasia de. A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo, Marco Zero, 1988, p. 119.

Embora tenha havido, nesse período, alguma resistência por parte dos senhores de engenho, que se opunham às transformações impostas com o surgimento das usinas e não aceitavam passar de produtores de açúcar a “simples” fornecedores de cana, a produção nos engenhos entra em decadência, principalmente a partir dos anos 30 do século passado, quando muitas das propriedades dos senhores de engenho foram incorporadas ao patrimônio das usinas, o que contribuiu para o avanço da concentração fundiária no Estado.

Porém, a superação da produção no engenho não implicou a superação das relações sociais estabelecidas em seu ambiente. Ao serem implantadas, as usinas, visando conseguir braços para tocar a produção, mantiveram as relações sociais estabelecidas no engenho, principalmente em relação à condição de moradia, permitindo, inclusive, a utilização da terra para que seus trabalhadores/moradores realizassem o cultivo de um roçado.

Uma vez que se instalaram em áreas de engenhos, nas quais, conseqüentemente, o acesso à terra e mão-de-obra estavam fundamentalmente sob o controle dos senhores de engenho, as usinas tiveram que acabar adotando, de fato, as relações dominantes nos engenhos como a única maneira de obter a mão-de-obra necessária. Foram precisamente essas dificuldades as que determinaram que as usinas se vissem forçadas a utilizar certos mecanismos com o intuito de “fixar” os trabalhadores dentro de suas propriedades. [...] Assim, pois, não apenas as usinas incorporaram aqueles moradores dos engenhos que foram absorvidos no momento de sua instalação como continuaram a incorporar novos moradores, no mesmo modelo de relações sociais dominantes nos engenhos³¹.

³¹ Idem, p. 170.

Dentro de uma lógica intervencionista a substituição do engenho pela usina se estabeleceu com a intervenção do Estado³², que em 1933 cria o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA e, 1943 edita o Estatuto da Lavoura Canavieira, institucionalizando sua ação e passando a atuar diretamente, nas décadas seguintes, na mediação dos conflitos entre as regiões produtoras e na regulamentação das relações entre os produtores de cana e os usineiros, através da concessão de subsídios, da fixação de preços mínimos e de cotas.

Coube ao IAA, através de seus planos de defesa de safra, promover uma divisão regional do trabalho da atividade canavieira para todo o país, adotando, além do mecanismo de cotas, preços mínimos para regiões, Estados e unidades produtivas, concedendo subsídios, especialmente sob forma creditícia. Assim, como órgão normativo e de planejamento da política canavieira nacional, equilibrando custos entre regiões, acabou tendo um papel histórico decisivo na determinação das condições de reprodução das áreas canavieiras do Nordeste³³.

A partir das décadas de 60 e 70, com a cana-de-açúcar consolidada como o principal produto agrícola do Estado, Alagoas assistiu a um novo processo de modernização do setor sucroalcooleiro, que se realizou no bojo da “modernização conservadora”, articulando o capital da agroindústria canavieira, o grande capital industrial e financeiro do país e, como no Brasil de uma forma geral, a efetiva participação do Estado.

³² Para ANDRADE (1988), a intervenção do Estado na agroindústria açucareira e alcooleira é quase tão antiga quanto a própria existência dessa atividade em nosso país, tendo esse processo de intervenção se dado, para o setor açucareiro, desde a sua fase de implantação, no período colonial, e, para o alcooleiro, após a I Grande Guerra Mundial.

³³ MELLO, Paulo Décio de Arruda. Reestruturação produtiva na atividade canavieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas. Tese de Doutorado. Recife, 2002, p. 56.

Em Alagoas, em conseqüência de boas perspectivas exportadoras na época e das novas modalidades de apoio federal, a área de cultivo canavieiro permaneceu em contínua expansão, sendo aumentado também o rendimento agrícola e industrial, através da introdução de novas variedades e da mecanização. [...] motivado pelas altas dos preços externos, o Estado novamente subsidiou a aquisição de terras, máquinas e fertilizantes, expandindo a área plantada e ajudando a modernizar e construir novas plantas industriais com juros subsidiados e isenção de correção monetária, além de promover investimentos na infra-estrutura.³⁴

O avanço das novas tecnologias sobre o campo permitiram o desenvolvimento de novas técnicas produtivas, que no caso de Alagoas possibilitou, principalmente pela utilização dos novos fertilizantes e da mecanização, que as áreas de tabuleiros³⁵ passassem a ser utilizadas para o cultivo da cana, ampliando assim o número de grandes propriedades e a concentração de terras na região. Foi nesse período também que o Estado, principalmente através do IAA, intensificou suas ações de subsídios para o setor, o que permitiu o aumento da produção e da rentabilidade da agroindústria canavieira.

Esse processo de expansão redundou num aumento significativo do número de grandes propriedades e, principalmente, na instalação de novas e grandes usinas e destilarias de álcool. Estas foram, de fato, as principais responsáveis pela introdução daquilo que localmente se denomina a “modernização”: processo de inovações tecnológicas, financiado pelo Estado através do Instituto do Açúcar e do Alcool

³⁴ Idem, p. 61 e 62.

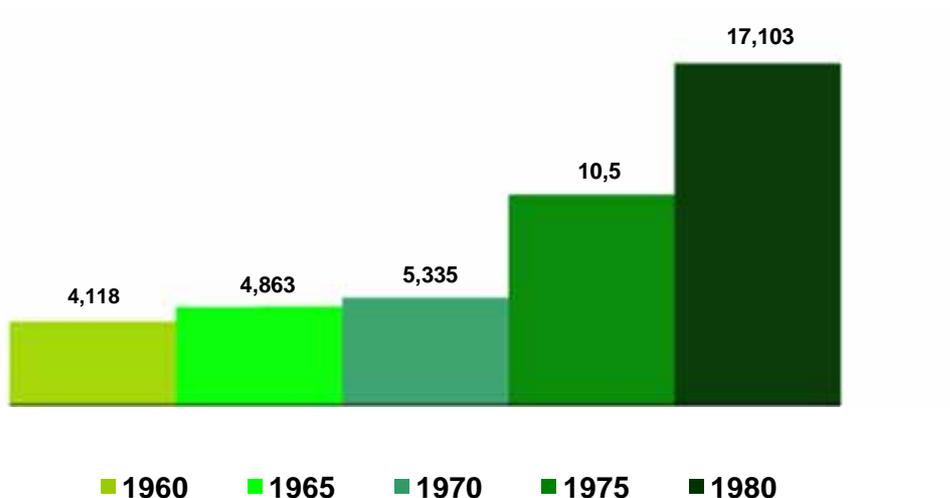
³⁵ Os “tabuleiros”, áreas planas, que já foram consideradas impróprias para o cultivo canavieiro, constituem planaltos baixos de tipo sedimentar com alturas oscilando entre 50 e 200 metros, variando de 20 a 50 quilômetros de largura, onde se obtém, desde os anos 70, uma rentabilidade bem mais elevada com relação a outras, graças às vantagens obtidas na utilização da motomecanização associada ao intenso emprego de adubação química. Foi neles, de uma maneira geral, que se fixaram os grupos empresariais com as unidades industriais que mais se modernizaram na Região Nordeste durante o Proálcool. Logrando otimizar seus investimentos com forte apoio estatal concedido ao setor na época, reúnem agora condições mais favoráveis para atender às atuais exigências de reconversão industrial (MELLO, 2002, p. 61, *apud* HEREDIA, 1988).

(IAA) e dirigido tanto ao setor agrícola como – e fundamentalmente – ao industrial.³⁶

O processo de modernização possibilitou que a produção de cana-de-açúcar do Estado de Alagoas, como demonstrado no gráfico 2, aumentasse aproximadamente 415% em um período de 20 anos, passando de 4,1 mil toneladas em 1960 para 17,1 mil toneladas em 1980, colocando o Estado como um dos principais produtores de açúcar e álcool do país.

Gráfico 2

Alagoas: Produção de cana: 1960/1980 (1.000 t)



Fonte: IBGE

Apesar da intensificação da produção e da melhoria na rentabilidade do setor, a concentração de terras e as relações de trabalho se agravaram nesse período. Ao avançar sobre as áreas de tabuleiro, a agroindústria da

³⁶ HEREDIA, Beatriz Alasia de. A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo, Marco Zero, 1988, p. 11.

cana e os grandes fornecedores incorporaram as pequenas e médias propriedades lá existentes, vinculadas principalmente à produção de alimentos, empurrando esses agricultores e suas famílias para áreas mais distantes e menos férteis; destruíram uma imensa área de mata, causando um incomensurável dano ambiental; e passaram a ocupar as áreas onde o trabalhador/morador realizava o cultivo do seu roçado³⁷.

Nesse período ainda, o setor sucroalcooleiro ampliou a utilização do trabalhador temporário e intensificou o processo de retirada dos trabalhadores/moradores de suas propriedades, onde possuíam uma estrutura que lhes permitia um pequeno cultivo de subsistência. O processo de expulsão dos trabalhadores das propriedades das usinas produtoras de açúcar e álcool e dos grandes fornecedores de cana se efetivou com a retirada dos trabalhadores e de suas famílias e com a imediata destruição das casas onde eles moravam, impedindo qualquer tentativa de retorno, forçando-os a migrarem para as periferias dos centros urbanos.

Esses trabalhadores, que migraram para a periferia dos centros urbanos, não romperam o vínculo com o setor sucroalcooleiro, eles passaram a se submeter ao trabalho temporário nas lavouras de cana-de-açúcar e nas usinas, o que garantia o seu sustento e o de sua família apenas por um período no ano. Na condição de trabalhadores temporários, eles passaram a ser utilizados, pelas usinas e fornecedores de cana-de-açúcar, apenas durante o período da colheita e moagem da cana que dura aproximadamente

³⁷ Parte das áreas das fazendas ligadas à produção da cana localizadas nos tabuleiros era destinada para que o trabalhador dessas propriedades cultivasse um roçado.

6 meses³⁸. Passado esse período, esses trabalhadores têm se submetido à inconstância do trabalho ocasional nos centros urbanos: na construção civil, nas casas de famílias, no comércio ou, ainda, à miséria imposta pelo desemprego.

Interrompidas as antigas trajetórias no interior das propriedades rurais e estabelecidos os novos elos de mediação com o processo de transformações sociais nas áreas canavieiras, os empresários passaram a se considerar livres das relações que mantinham com trabalhadores no passado. Livres de um proprietário em particular, os trabalhadores foram sendo fixados nas periferias das sedes municipais, mas continuando a depender dos mesmos canaviais que extinguíram seus *roçados*, convivendo com a mesma onipresença da cana que alavancou o fim de sua reprodução ligada a terra e consolidou um novo sistema de dominação.³⁹

Nos anos 80 e 90 o Governo Federal, que atuava de forma efetiva garantindo viabilidade produtiva do setor sucroalcooleiro no Nordeste, altera o processo de regulamentação, deixando o setor mais aberto para as relações impostas pelo mercado.

A desregulamentação do setor sucroalcooleiro, ainda que mantendo antigas práticas, como a fixação de quotas e planejamento de safras, tornou livres os preços do açúcar cristal, do álcool e da cana, liberalizou o mercado nacional eliminando a reserva de mercado para o açúcar do Nordeste, até então monopolizados pelos produtores regionais, e privatizou as exportações, que passaram a ser feitas diretamente pelas usinas ou por *tradings*, colocando os

³⁸ Alguns dos trabalhadores temporários conseguem emprego com registro na carteira profissional, o que lhes permite acesso às garantias legais, como seguro-desemprego, por mais 4 meses. Outros conseguem trabalhar apenas de forma clandestina, mesmo no período da colheita e moagem, em dois ou três dias da semana, sem as garantias trabalhistas.

³⁹ MELLO, Paulo Décio de Arruda. Reestruturação produtiva na atividade canavieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas. Tese de Doutorado. Recife, 2002, p. 66.

principais e assimétricos produtores de açúcar em pé de igualdade formal na disputa pelos mercados nordestino e externo.⁴⁰

Porém, em nível local, o Governo do Estado passa a intensificar ações junto ao setor sucroalcooleiro, tentando compensar a ausência do Governo Federal através da concessão de novos subsídios, agindo de forma lesiva ao Erário, deixando de cobrar dívidas do setor, como, por exemplo, as dívidas com a Companhia Energética de Alagoas – CEAL, que chegaram a R\$ 40 milhões de reais em 1996; ou com o banco estadual, o PRODUBAN, que deixou de receber aproximadamente R\$ 76 milhões de reais em empréstimos contraídos pelos empresários do setor, ou ainda, através do “acordo dos usineiros” (Lima, 1998)⁴¹.

O termo “acordo dos usineiros” unifica uma série de acordos firmados entre o Estado de Alagoas e as usinas, durante o governo de Fernando Collor de Mello, quando o Estado deixou de arrecadar o ICMS sobre a cana plantada pela própria usina e ainda se comprometeu a restituir todo o imposto recolhido nessas transações nos dez anos anteriores.

O Estado perdeu com esses acordos, sua principal fonte de arrecadação o que levou a deterioração dos já precários serviços públicos, em meio a uma crise sem precedentes na história recente de Alagoas. Essa crise culminou com a renúncia do governador Divaldo Suruagy em 1996, após

⁴⁰ CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana. Maceió, Edufal, 2001, 2ª edição, p. 35 e 36.

⁴¹ LIMA, Arakem Alves. A crise que vem do verde da cana. Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-96. Maceió, Edufal, 1998.

exaltadas manifestações⁴² envolvendo servidores públicos que cobravam o pagamento dos salários atrasados, estudantes e setores organizados da sociedade, e com a suspensão, em março de 1998, pelo Tribunal de Justiça, dos referidos acordos.

Na história política e econômica recente de Alagoas este acordo foi, talvez, o que mais conseqüências negativas trouxe para o estado. É compreensível que os governos realizem acordos temporários com determinados setores econômicos envolvendo redução de alíquotas, incentivos fiscais ou concessão de créditos dentro de uma concepção que vise promover o desenvolvimento econômico. No entanto, este que ficou conhecido como “o acordo dos usineiros” foi a conquista das finanças públicas estaduais por um empresariado acostumado a sobreviver e se proteger da competição econômica absorvendo recursos públicos. Este acordo transformou o ICMS no néctar dos usineiros⁴³.

Sem a intervenção direta do Governo Federal e sem a ajuda do Governo Estadual o setor sucroalcooleiro alagoano teve de se adaptar às novas relações com o mercado. A concorrência com as demais regiões produtivas do país provocou o fechamento de algumas usinas⁴⁴ e fez com que as que permaneceram produzindo passassem por uma reestruturação, que incluiu, entre outros aspectos, a intensificação do uso das novas tecnologias disponíveis para o setor, a redução na utilização de mão-de-obra,

⁴² No dia 17 de julho de 1996 a crise em Alagoas viveu o seu dia de maior tensão. Em uma manifestação em frente à Assembléia Legislativa do Estado policiais civis e militares, muitos deles armados e posicionados estrategicamente, se predispunham ao confronto direto com as tropas do Exército, posicionadas para controlar a manifestação, e exigiam o afastamento imediato do então governador Divaldo Suruagy.

⁴³ LIMA, Arakem Alves. A crise que vem do verde da cana. Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-96. Maceió, Edufal, 1998.

⁴⁴ Dados da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE que têm como referência a safra de 1993/1994 indicam que das 102 usinas e destilarias instaladas no Nordeste, cerca de 22% paralisaram suas atividades, reduzindo em aproximadamente 68.000 os postos de trabalho no setor.

a fusão entre grupos empresarias, a instalação de unidades produtivas em outras regiões do país e o investimento em outros setores.

Atualmente, áreas tradicionalmente ocupadas por usinas e plantações de cana do Estado têm deixado de produzir, enquanto os tabuleiros têm sido ocupados por grupos empresariais mais capitalizados, capazes de intensificar o uso das novas tecnologias, sem, contudo, alterar a elevada produtividade e rentabilidade apresentada pelo setor durante o transcorrer da história. Esses elevados índices de produtividade e de rentabilidade não têm resultado em melhorias para a população do Estado⁴⁵, principalmente para a população ligada à produção rural.

Tabela 3

ALAGOAS: Relação entre número, área e pessoal ocupado nos estabelecimentos agrários segundo grupos de área total						
Grupos de Área Total (hectares)	Nº de Estabelecimentos (unidade)	%	Área dos Estabelecimentos (hectares)	%	Pessoal Ocupado (pessoas)	%
< 10	98.080	80,87	220.022,648	4,72	273.767	63,36
10 < 100	19.411	16,00	3.071.632,070	65,79	82.368	19,06
100 < 1.000	3.584	2,96	963.370,830	20,63	53.439	12,37
1.000 < 10.000	200	0,16	331.527,521	7,10	16.238	3,76

⁴⁵ Dados do IBGE apontam Alagoas como um dos piores Estados da Federação quanto ao desempenho social. O Estado possui 30,4% de analfabetos⁴⁵, 19,6% das pessoas que trabalham recebem no máximo meio salário mínimo⁴⁵, o índice de mortalidade infantil é de 62 mortes a cada 1000 nascimentos e a expectativa de vida ao nascer é de 64 anos, a mais baixa do país, que tem média de 71,3 anos (IBGE, 2005).

> 10.000	8	0,01	82.170,000	1,76	6.239	1,44
Sem declaração	-	-	-	-	53	0,01
Total	121.283	100,00	4.668.723,070	100,00	432.104	100,00
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96						

A produção da cana-de-açúcar está vinculada aos grandes latifúndios e à ocupação das melhores terras agrícolas, deixando para a agricultura familiar pequenos espaços de terra com baixos índices de produtividade. Mesmo assim, as propriedades com área inferior a 10 hectares, utilizadas basicamente pela agricultura familiar, são responsáveis pela ocupação de mais 273 mil trabalhadores⁴⁶, 63,36% do total de pessoas ocupadas na produção agrária no Estado, utilizando uma área de 220 mil hectares, 4,72 % do total da área utilizada na produção agrária, que é de 4,66 milhões de hectares, enquanto as propriedades rurais que possuem 1.000 hectares ou mais ocupam 8,86%, da área total e dão emprego para pouco mais de 22,4 mil pessoas (IBGE, 1996)⁴⁷.

Mais uma vez, as alterações na dinâmica da produção da cana-de-açúcar não levaram em conta a pequena propriedade e os trabalhadores envolvidos em sua produção, intensificaram a concentração de terras e a exploração da mão-de-obra e, aliadas às práticas produtivas desenvolvidas nas demais regiões do Estado, têm favorecido a manutenção de uma estrutura de dominação e exploração que se entranhou na cultura alagoana,

⁴⁶ O setor agrícola do Estado de Alagoas é o que possui a maior concentração de utilização de mão-de-obra (ver gráfico 5 em anexo), com 41,2% do total de pessoas ocupadas no Estado, que é de 1.227 mil (IBGE, 2005).

⁴⁷ IBGE. Censo Agropecuário 1985 e 1995/96. Disponível no sítio www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 de junho de 2005.

com seus reflexos percebidos nas práticas políticas e no cotidiano das pessoas.

2.2 – A luta pela terra e os assentamentos rurais em Alagoas

A realidade social vivida nas periferias dos centros urbanos e na vida dos que perseveraram e permaneceram no campo em Alagoas nas últimas décadas fez com que parte dos trabalhadores rurais, excluídos do processo produtivo, e os agricultores familiares, vivendo a impossibilidade de produzir para o sustento de suas famílias, se organizassem e/ou se engajassem em movimentos sociais, buscando pressionar o Estado para a realização da reforma agrária. Esses movimentos sociais passam então a atuar em substituição às tradicionais formas de organização da classe trabalhadora, agregando novas formas de mobilização, sob novas bandeiras de luta (Mello, 2002)⁴⁸.

Em Alagoas, os sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente os ligados ao setor sucroalcooleiro do estado, que sempre tiveram dificuldades para a mobilização da categoria, foram se tornando cada vez menos capazes de dar respostas satisfatórias às novas demandas daqueles que haviam sido excluídos do processo produtivo, principalmente em virtude das reformulações desencadeadas pela reestruturação do setor.

⁴⁸ MELLO, Paulo Décio de Arruda. Reestruturação produtiva na atividade canavieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas. Tese de Doutorado. Recife, 2002, p. 188.

Diante do fenômeno em curso, a estrutura sindical rural local, que não chegara a se afirmar como referencial de luta até um passado muito recente, agora vem presenciando um crescente esvaziamento nas suas bases, tanto pela reprodução de práticas sindicais defasadas nas áreas canavieiras mais dinâmicas, assim como pelo fechamento de unidades industriais em alguns municípios⁴⁹.

Pressionado e reconhecendo o problema gerado pela concentração fundiária e pelo aumento da miséria no campo e nas cidades, o Governo Federal, entre os anos de 1982 e 1986, inclui Alagoas e os Estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco e Paraíba em um projeto de regularização fundiária, realizado pelo governo federal através do INCRA com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que tinha como objetivo proporcionar às famílias de trabalhadores rurais beneficiadas a legalização da posse e do uso da terra em 25 municípios alagoanos nas regiões do Sertão e do Agreste. Nesse mesmo período foi firmado um convênio entre o INCRA e o Estado de Alagoas para realizar a regularização fundiária em outros 16 municípios, nas regiões da Zona da Mata, Santana do Ipanema e Litoral, não cobertos pelo projeto do INCRA/BID. Ainda em 1982, o Estado de Alagoas, atendendo ao disposto no convênio com o INCRA, instituiu a Lei de Terras⁵⁰ e criou a Coordenadoria de Regularização e Titulação de Terras de Alagoas – CORAL⁵¹, vinculada a Secretaria de Agricultura e que tinha como objetivo atuar junto aos beneficiários nos projetos de regularização fundiária do Estado. Apesar do reconhecimento das dificuldades vivenciadas pelo homem do campo por parte do governo, os resultados obtidos com o desenvolvimento desses projetos foram completamente insatisfatórios, pela

⁴⁹ Idem, p. 177.

⁵⁰ Lei nº 44.417.

⁵¹ Atualmente, as ações de regularização fundiária e assistência aos assentamentos em nível estadual são desenvolvidas pelo Instituto de Terras de Alagoas – ITERAL.

falta de acompanhamento técnico, dificuldades no acesso ao crédito, incapacidade de absorção dos novos processos de produção, além de sofrerem a escassez de água provocada pelas fortes secas que atingem a região . As famílias que foram beneficiadas, em sua maioria, abandonaram e/ou venderam seus lotes e migraram para os centros urbanos (SOUZA, 2001)⁵².

O advento da Nova República, que trouxe em nível nacional a esperança de uma ação mais efetiva em relação à concentração de terras do país e a realização da reforma agrária, incluiu Alagoas, a partir das políticas desenvolvidas para o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA e para o Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA, como área prioritária para a realização da reforma agrária.

Tanto PNRA como PRRA fracassaram. As metas previstas para os anos de 1986 a 1989, de assentar em Alagoas 11.4 mil famílias, não se efetivaram e as poucas ações desses planos no Estado não foram capazes de conduzir as famílias beneficiadas à independência econômica e produtiva em decorrência da falta de assistência técnica, do não acesso a linhas de crédito, de falta de infra-estrutura, entre outros problemas.

Em 1987 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST passa a atuar no Estado organizando os trabalhadores e realizando ocupações de terras nas regiões do Sertão e Zona da Mata de Alagoas. Essas ocupações culminaram, em 1989, após despejos, confrontos e ocupações de novas áreas, com a conquista da Fazenda Boa Vista no

⁵² SOUZA, Dílson Renan de. Reforma agrária: as experiências em Alagoas (1980/2000). Maceió, Edufal, 2001, p. 41-46.

município de Jacuípe, Zona da Mata Alagoana e em 1992 com a conquista da fazenda Lameirão no município de Delmiro Gouveia, na região do Sertão.

No início da atuação do MST em Alagoas, o Estado passa a abrigar lideranças vindas de outras regiões do país, principalmente da região Sul, que tinham como objetivo unificar a luta dos trabalhadores rurais e ampliar a atuação do movimento na região. Problemas internos entre os dirigentes de Alagoas e as lideranças vindas de outras regiões fizeram com que as ações do movimento ficassem praticamente paralisadas nos anos seguintes (CAVALCANTE)⁵³.

Até a primeira metade da década de 90, segundo dados do INCRA, foram assentadas em Alagoas apenas 729 famílias em 5 projetos de assentamentos que ocuparam uma área de 4,9 mil hectares de terra. Porém, a partir de 1996 as ações dos movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra – CPT, se intensificaram. Devido às pressões o governo passa a atuar com mais agilidade, encerrando a década com 42 projetos de assentamentos que beneficiaram 3.8 mil famílias e ocuparam uma área de aproximadamente 25,9 mil hectares.

As ações dos movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária em Alagoas se intensificam com a elevada redução na utilização de trabalhadores do setor sucroalcooleiro, proporcionada pelo processo de reestruturação do setor, que passa a utilizar com maior intensidade as inovações tecnológicas, e também pelo fechamento de algumas usinas,

⁵³ CAVALCANTE, Paulo Aparecido. Alagoas: realidade agrária e movimentos sociais. TCC, Maceió, 2001.

principalmente na Zona da Mata e no Litoral Norte do Estado de Alagoas, que não resistem a essa reestruturação. Os milhares de trabalhadores descartados pela produção do açúcar e do álcool em Alagoas passam então a atuar junto a esses movimentos, buscando encontrar alternativas à exclusão social a eles imposta.

Com o desemprego estrutural, a precarização do trabalho e também as péssimas condições de vida, O MST passou a encontrar um quadro bastante favorável para o encaminhamento de suas ações no espaço social canavieiro alagoano. Com milhares de casas destruídas no interior das propriedades rurais e 180 mil trabalhadores desempregados na década de 90, segundo estimativas da Delegacia Regional do Trabalho, estaria perambulando na Zona da Mata alagoana um exército de “modernômades”, conforme designação cunhada por Cristovam Buarque.⁵⁴

Atualmente o Governo Federal, através do INCRA, e sob intensa pressão dos trabalhadores rurais articulados em movimentos sociais que atuam no campo, já desocupou e repassou para os trabalhadores rurais uma área de mais de 72,6 mil hectares, beneficiando 8,3 mil famílias em 105 projetos de assentamentos presentes em 35 municípios do Estado (INCRA, 2007)⁵⁵.

Nos últimos anos os assentamentos rurais do Estado têm se intensificado nas regiões do Estado onde o cultivo da cana-de-açúcar tem sido abandonado, principalmente no Litoral Norte onde ocorreu inclusive o fechamento de usinas e os movimentos sociais ligados à luta pela reforma

⁵⁴ MELLO, Paulo Décio de Arruda. Reestruturação produtiva na atividade canavieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas. Tese de Doutorado. Recife, 2002, p. 210.

⁵⁵ INCRA. Identificação dos Projetos de Reforma Agrária. 2007.

agrária têm ampliado suas ações, e também, no Agreste, agregando trabalhadores rurais da própria região e moradores dos centros urbanos. É o caso, por exemplo, dos municípios de Maragogi, localizado no Litoral Norte, e de Girau do Ponciano, localizado na região Agreste. Maragogi é até o momento a maior área reformada do Estado com 17 assentamentos que beneficiam 1.563 famílias em uma área de 10.8 mil hectares e Girau do Ponciano é a segunda maior área reformada com 7 assentamentos em uma área de 7,1 mil hectares de terra, beneficiando 635 famílias de trabalhadores rurais (INCRA, 2007)⁵⁶.

A proliferação de assentamentos no município de Maragogi está diretamente relacionada à reorganização do espaço favorecida pelas transformações por que passa o setor sucroalcooleiro local. Desde a década de 90, as usinas coligadas Central Barreiros/Santana, então pertencentes ao grupo Bezerra de Melo, a primeira com planta industrial então localizada no vizinho município pernambucano de Barreiros e a segunda no município alagoano de Porto Calvo, entraram em processo de falência, enquanto a destilaria São Gonçalo, localizada no próprio município de Maragogi, passando por um processo de reestruturação técnico-organizacional, demitiu centenas de trabalhadores nos últimos anos⁵⁷.

Atendendo, majoritariamente, a trabalhadores rurais da própria região ou de regiões vizinhas às de implantação, os assentamentos rurais em Alagoas permitem às famílias beneficiadas, apesar das dificuldades, a produção de suas sobrevivências e a comercialização de parte da produção, refletindo positivamente na vida das famílias participantes. Porém, as intensas dificuldades de infra-estrutura limitam a produção nos

⁵⁶ Idem

⁵⁷ MELLO, Paulo Décio de Arruda. Reestruturação produtiva na atividade canieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas. Tese de Doutorado. Recife, 2002, p. 221.

Tabela 4

Assentamentos Rurais em Alagoas				
Nº de Ordem	Município sede	Quant. Projetos	Área Projeto (hectares)	Famílias Assentadas
1	Água Branca	3	770,9605	86
2	Anadia	1	163,4356	20
3	Atalaia	7	4.149,4802	522
4	Branquinha	5	3.278,9532	586
5	Cacimbinhas	1	2.188,8000	100
6	Chã Preta	1	541,0000	75
7	Colônia Leopoldina	1	114,0000	25
8	Delmiro Gouveia	6	4.643,5484	288
9	Flexeiras	3	777,4500	85
10	Girau do Ponciano	7	7.584,6735	635
11	Ibateguara	1	1.182,2170	162
12	Inhapi	2	1.420,8377	122
13	Jacaré dos Homens	1	336,9000	41
14	Jacuípe	2	1.656,7500	230
15	Joaquim Gomes	1	389,0097	44
16	Maceió (capital)	1	520,7295	60
17	Maragogi	17	11.058,2799	1.563
18	Mata Grande	1	614,0000	24
19	Matriz de Camaragibe	3	1.881,1262	218
20	Murici	2	1.019,0300	130
21	Novo Lino	1	1.841,4882	280
22	O. d'Água do Casado	3	3.812,7991	328
23	Palmeira dos Índios	1	77,4444	33
24	Pão de Açúcar	3	1.674,4463	62
25	Passo de Camaragibe	1	58,5200	8
26	Piranhas	4	1.838,2906	138
27	Porto Calvo	3	2.789,2815	402

28	Porto de Pedras	2	900,3535	100
29	Quebrangulo	2	621,9751	117
30	São Luís do Quitunde	4	2.453,6104	404
31	São Miguel dos Milagres	1	361,1242	42
32	Tanque d`Arca	1	16,0000	40
33	Traipu	4	2.934,4887	320
34	União dos Palmares	7	6.246,8982	853
35	Viçosa	1	837,0500	223
Total		105	70.754,95	8.366
Fonte: Incra – 2007				

CAPÍTULO 3

A EXPERIÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE GIRAU DO PONCIANO

Girau do Ponciano⁵⁸, município situado na região Agreste, na microrregião de Arapiraca⁵⁹, fica a 161 km de distância de Maceió, a capital do Estado de Alagoas, possuindo uma área territorial de 502 km² e uma população estimada em aproximadamente 29,8 mil habitantes, dos quais aproximadamente 20,8 mil (70%) residem no meio rural (IBGE, 2005)⁶⁰.

Esse município possui, até o momento, a segunda maior área reformada⁶¹ e a terceira maior quantidade de famílias beneficiadas em projetos de reforma agrária no Estado de Alagoas⁶². São sete assentamentos

⁵⁸ Em 1912 o povoado Belo Horizonte foi renomeado para Vila Ponciano e em junho de 1959 emancipou-se do município de Traipu, tornando-se a cidade de Girau do Ponciano.

⁵⁹ A microrregião de Arapiraca é tradicionalmente ocupada por propriedades ligadas à agricultura familiar na qual se produz principalmente o fumo, para o abastecimento das indústrias locais ou para exportação, e feijão, milho e macaxeira, que são comercializados nas feiras da região.

⁶⁰ IBGE. Estudos e pesquisas informação demográfica e socioeconômica síntese de indicadores sociais 2004. Rio de Janeiro, IBGE, 2005.

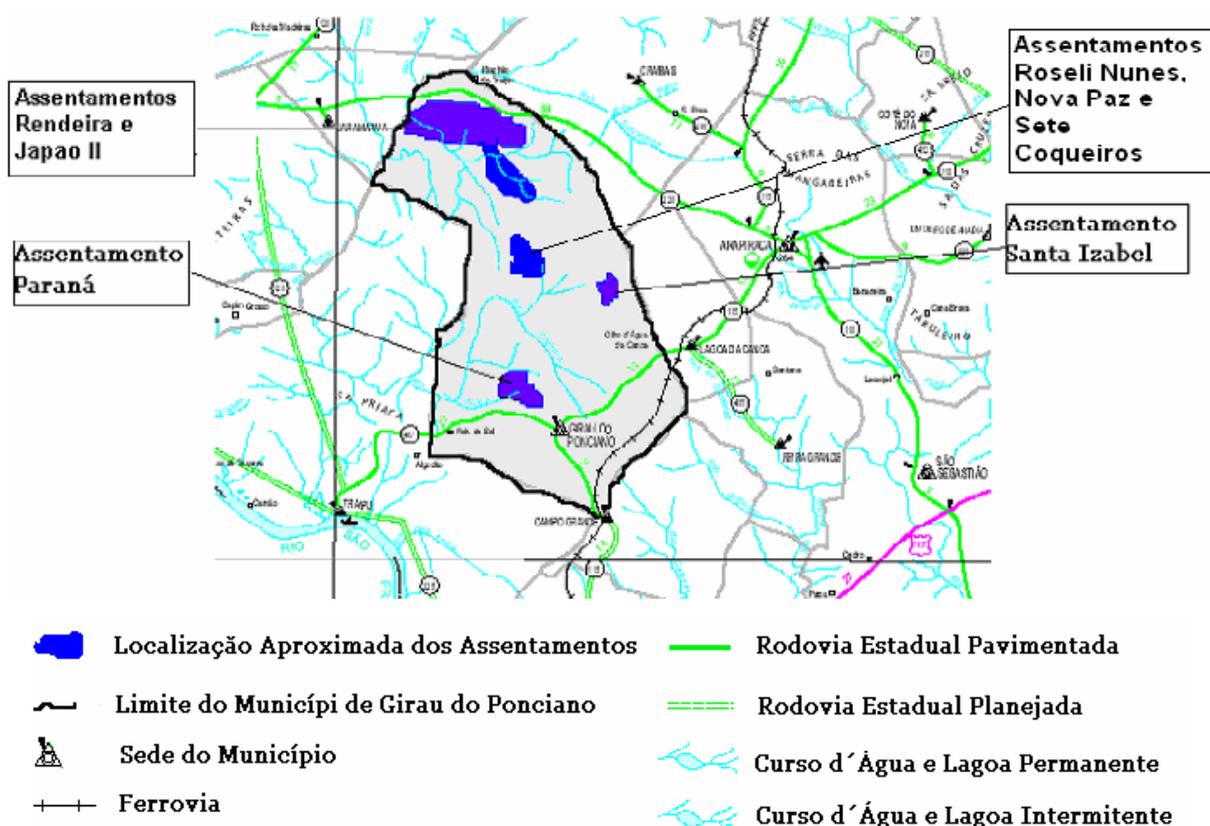
⁶¹ A cidade de Maragogi, no Litoral Norte do Estado, é a maior área reformada e possui a maior quantidade de famílias beneficiadas. São 17 assentamentos, beneficiando 1.563 famílias e ocupando uma área de 10,8 mil hectares.

⁶² O município de União dos Palmares, na Zona da Mata, possui a segunda maior quantidade de famílias beneficiadas. São 7 projetos de assentamentos com 853 famílias, ocupando uma área de 6,2 mil hectares.

rurais: *Santa Isabel, Paraná, Japão II, Roseli Nunes, Nova Paz, Sete Coqueiros e Rendeira*⁶³, este último o maior assentamento do Estado de Alagoas, e ocupam, atualmente, uma área de 7,5 mil hectares⁶⁴ de terra, 21,4% do total da área do município utilizada para a produção agrária. Juntos, esses assentamentos beneficiam 635 famílias de trabalhadores rurais. São aproximadamente 2,5 mil pessoas que vivem nesses assentamentos e, em sua maioria, retiram o seu sustento do trabalho na terra.

Mapa 2

Girau do Ponciano: localização aproximada dos assentamentos



Fonte: DENIT - 2002 (Com adaptações)⁶⁵.

⁶³ O Assentamento Rendeira é também conhecido por Assentamento Dom Helder Câmara.

⁶⁴ Dados do INCRA (2007).

⁶⁵ DENIT – Mapas Rodoviários. Disponível no sítio www.dnit.gov.br. Acesso em 15 de dezembro de 2005.

A implantação dos assentamentos rurais em Girau do Ponciano praticamente duplicou a área utilizada pelas propriedades menores de 10 hectares. Os dados do Censo Agropecuário 1995/96, que são anteriores à implantação da maioria dos assentamentos no município⁶⁶, revelaram que a maior parte da população rural vivia em propriedades menores de 10 hectares de terra⁶⁷, eram cerca de 3.600 imóveis rurais; 89% dos 4.074 estabelecimentos agrários do município ocupavam uma área de 7,8 mil hectares, 22% dos 35,5 mil hectares utilizados na produção agrária (IBGE, 1996)⁶⁸. Atualmente, as propriedades menores de 10 hectares ocupam aproximadamente 43% do total da área ocupada com estabelecimentos agrários em Girau do Ponciano.

Tabela 5

Girau do Ponciano - relação entre número e área nos estabelecimentos agrários, segundo grupos de área total				
Grupos de Área Total (hectare)	Nº de Estabelecimentos (unidade)	%	Área dos Estabelecimentos (hectare)	%
<1	1.426	35,0	957	2,7
1 < 2	969	23,8	1.391	3,9
2 < 5	913	22,4	2.898	8,2

⁶⁶ Dos assentamentos do município de Girau do Ponciano, apenas Japão II já existia quando da realização do Censo Agropecuário 1995/96.

⁶⁷ Do total de estabelecimentos agrários da cidade de Girau do Ponciano 1.426, aproximadamente 35% possuem área inferior a 1 hectare (IBGE – Censo Agropecuário 1995/96).

⁶⁸ Esses dados são do Censo Agropecuário 1995/96, que é anterior à implantação dos assentamentos no município.

5 < 10	360	8,8	2.561	7,2
10 < 100	356	8,7	9.131	25,7
100 < 1000	47	1,2	13.348	37,6
1000 < 10000	3	0,1	5.244	14,7
10000 >	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-
Total	4.074	100,0	35.530	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96

No Brasil, os imóveis rurais menores de 10 hectares, utilizados normalmente para agricultura familiar, são responsáveis pela ocupação de mais de 76% dos trabalhadores na agricultura e, mesmo assim, sofrem pela falta de apoio institucional quanto à viabilização de recursos, infra-estrutura e assistência técnica (Guanzirolí et al, 2001)⁶⁹.

Em Girau do Ponciano⁷⁰, as famílias que vivem nesses imóveis têm a produção limitada, pela baixa qualidade da terra, pelas fortes secas que atingem o território e pelo precário desenvolvimento das políticas públicas: o acesso à saúde e à educação é limitado, as estradas, normalmente de chão batido, dificultam o acesso e o escoamento da produção, praticamente não existe serviço regular de transporte ligando o meio rural ao meio urbano, além de o serviço de assistência técnica ao produtor rural praticamente se limitar à distribuição de sementes, quando essas são liberadas pelo Governo Federal.

⁶⁹ GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENCOURT, Gilson. Agricultura familiar e agrária no século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

⁷⁰ Entre as propriedades rurais do Município de Girau do Ponciano, 58,8% possuem no máximo dois hectares de terra, parcela que, na maioria das vezes, é insuficiente para garantir o sustento de uma família.

Guanziroli et al (2001)⁷¹, ao analisar as transformações ocorridas nas últimas décadas no meio agrário brasileiro, principalmente em relação à agricultura familiar, constatou que em virtude de não conseguirem gerar o sustento próprio do trabalho com a terra em suas propriedades, muitos agricultores familiares passavam então a buscar rendas alternativas fora da propriedade rural, ou mesmo com trabalhos não agrícolas realizados em sua propriedade rural.

No município de Girau do Ponciano, as famílias ligadas à agricultura familiar, sem condições de garantir o seu sustento do trabalho com a terra, passam, muitas vezes, a buscar, como no restante do país, rendas alternativas fora do espaço rural. É comum que componentes da família, normalmente os filhos que entram na adolescência, sejam enviados para os centros urbanos, à casa de parentes ou amigos, em busca de algum emprego que ajude a compor a renda da família.

A implantação dos assentamentos no município de Girau do Ponciano, que beneficiou, em sua maioria, famílias que moravam no próprio município ou em cidades vizinhas, além de criar nos trabalhadores rurais da região a expectativa de que através deles a condição de vida de suas famílias pudesse melhorar, possibilitou, ainda, um maior dinamismo econômico e produtivo na região ao inserir mais de 635 famílias como produtoras e consumidoras, diminuindo o fluxo migratório para os centros urbanos.

⁷¹ GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENCOURT, Gilson. Agricultura familiar e agrária no século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

Eu morava com meu pai, ele tem um pedacinho de terra, não dava pra nada. Aqui é um sertão bravo danado, mas pra quem tem coragem de trabalhar, quem pensa no dia de amanhã. Tem que trabalhar. Pra mim tá melhor aqui⁷².

O acesso a terra, possibilitado pelos assentamentos do município de Girau do Ponciano, permitiu às famílias beneficiadas uma melhor qualidade de vida, se comparada à que eles tinham fora do assentamento. O trabalho com a terra em sua propriedade permite a essas famílias a produção do alimento de cada dia e a comercialização de parte de sua produção.

No transcorrer de nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de ouvir vários relatos de famílias sobre as condições de vida antes e depois do assentamento, enaltecendo, na maioria das vezes, as possibilidades que a nova condição lhes permitia. É o caso, por exemplo, do depoimento do Sr. Valdir Cavalcanti, morador do assentamento *Rendeira*:

Aqui, nós tem comida todo dia; antes eu e a velha dormia com fome e às vez tinha que pedir pra um amigo pra pudê dá de cumê pros menino. Agora, nós cria uma galinha no terreiro, nós planta um feijão, um milho, os menino vai pra escola, aqui a gente se vira. Nos não passa mais fome, eu não tenho mais que pedi pra da de comê pros meu filho⁷³.

As políticas públicas desenvolvidas nos assentamentos do Brasil permitem às famílias beneficiadas acesso a serviços a que normalmente os agricultores familiares não têm.

⁷² Entrevista realizada em 4/4/2006, com a Sr^a. Maria Cícera, moradora da agrovila Sete Casas, no assentamento Rendeira, em sua residência.

⁷³ Entrevista concedida pelo Sr. Valdir Cavalcanti, morador do assentamento *Rendeira*, em 13/12/2005, nas proximidades do seu lote.

Com efeito, a criação do assentamento e a obtenção do *status* de produtor rural assentado permitiram o acesso, ainda que pontuado de dificuldades, desse segmento a benefícios dos quais anteriormente estavam completamente excluídos. [...] Trata-se de relacionamento tenso, mas que insere os assentados num universo de negociações, de reconhecimento e descoberta de direitos antes distante de seu universo cotidiano⁷⁴.

Nos assentamentos de Girau do Ponciano, a presença do Estado, mesmo que deficitária, é mais intensa, permitindo às famílias assentadas acesso a serviços não disponíveis para outros produtores rurais da região. É o caso, por exemplo, das casas em alvenaria, do acesso à água através da rede adutora ou através de cisternas, das escolas nas proximidades dos assentamentos, entre outros.

Apesar das melhorias na qualidade de vida das famílias, a realidade encontrada nos assentamentos do município de Girau do Ponciano, não é diferente do que vêm constatando as pesquisas realizadas no Brasil sobre o tema. Na maioria dos assentamentos brasileiros as condições de infraestrutura são bastante deficientes, refletindo os problemas vivenciados pelos agricultores familiares da região onde os projetos são implementados. Leite et al (2004), ao analisar os impactos dos assentamentos rurais no meio rural brasileiro, constatou que:

A análise geral das condições de infra-estrutura dos assentamentos estudados aponta para uma situação bastante deficiente, confirmando dados de pesquisas anteriores (Bruno e Medeiros,

⁷⁴ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio (Orgs.). Assentamentos Rurais mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro, Mauad, 2004, p. 36.

2001) e acompanhando em geral o padrão de precariedade do meio rural brasileiro, em especial das áreas de predomínio de agricultores familiares.⁷⁵

Na tentativa de viabilizar sua produção e sua sobrevivência, as famílias assentadas em Girau do Ponciano cobram do Estado a execução de políticas públicas para a solução de seus problemas, mas também, pela ausência dele, passam a mediar a solução desses com os detentores do poder local, alterando e muitas vezes reproduzindo as formas tradicionais de exercício desse poder.

Os assentamentos estudados se efetivaram sob a ação de múltiplos atores sociais. Cada qual possui uma história em particular, que envolve, para a sua criação, desde a pressão de trabalhadores rurais organizados em movimentos sociais ligados à luta pela realização da reforma agrária, como o MST, à articulação entre os sindicatos de trabalhadores rurais da região, os proprietários das fazendas e o INCRA.

O assentamento *Santa Izabel* ocupa uma área de 304,48 hectares com 50 famílias que moram em uma agrovila distante 15 quilômetros do centro urbano da cidade de Girau do Ponciano, com acesso, em sua maioria, por estradas de terra. Nos lotes, que têm em média 6 hectares, são produzidos feijão, milho, mandioca e fumo.

O antigo proprietário da fazenda onde atualmente está localizado o assentamento *Santa Izabel*, percebendo que as dívidas contraídas para a

⁷⁵ LEITE, Sérgio [et al]. Impactos dos assentamentos rurais um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo, UNESP, 2004, p. 87.

administração de sua fazenda poderiam causar-lhe a perda desta optou por vendê-la ao INCRA para que fosse utilizada em projetos de reforma agrária⁷⁶. Para tanto, procurou o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Arapiraca, em 1996, que passou a intermediar os contatos entre o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Girau do Ponciano, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Craíbas, o INCRA e o proprietário das terras. A opção feita pelo então proprietário da fazenda pela intermediação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Arapiraca se deu em virtude da representatividade que esse sindicato tinha na região com os trabalhadores e com os demais sindicatos⁷⁷.

Os sindicatos dos trabalhadores envolvidos nesse processo passaram então a arregimentar forças junto a políticos locais e através da organização dos trabalhadores e/ou pequenos proprietários, com o objetivo de pressionar a estrutura do Estado, principalmente o INCRA, para a aquisição da fazenda e implantação do projeto de assentamento.

Na medida em que as negociações foram acontecendo, os sindicatos de Arapiraca, de Girau do Ponciano e de Craíbas fizeram um cadastramento, a pedido do INCRA, e uma seleção prévia das famílias da região interessadas em participar do assentamento. Essa seleção foi realizada pelas lideranças dos sindicatos envolvidos, que indicaram famílias de trabalhadores rurais que se comprometeram em utilizar a terra para produzir o seu sustento.

⁷⁶ Entrevista concedida pelo Sr. José Monteiro da Silva, ex-presidente da Associação do assentamento Santa Izabel, em 22/11/2005, na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Girau do Ponciano, e pelo Sr. Edílson Oliveira da Silva, atual presidente da Associação e diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Arapiraca, realizada em 7/12/2005 na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Arapiraca.

⁷⁷ Atualmente o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapiraca é vereador no município.

Ao Sindicato de Arapiraca coube a indicação de 25 famílias, ao Sindicato de Girau do Ponciano a indicação de 35 famílias e ao Sindicato de Craíbas a indicação de 5 famílias, em um total de 65 famílias previamente cadastradas.

A realização do cadastramento, a definição da quantidade de famílias selecionadas por sindicato e a anuência do proprietário da fazenda, geraram nas famílias selecionadas a expectativa de que rapidamente elas teriam a posse da terra, porém a demora do INCRA em selecionar as famílias e concretizar a compra da fazenda, somada ao receio de que outras famílias fossem indicadas para ocupar a terra, fez com que parte das famílias que foram previamente cadastradas pelos sindicatos ocupassem a terra buscando pressionar o INCRA para que as assentasse o mais rápido possível.

A ocupação das terras durou cerca de 4 meses, do final de janeiro ao final de maio do ano de 1998, e foi realizada após um acordo entre as famílias e o proprietário da terra, sob a liderança dos representantes dos sindicatos de Arapiraca e de Girau do Ponciano que estavam previamente selecionados para receber lotes nesse assentamento. A ocupação ocorreu sem que houvesse nenhuma resistência por parte das autoridades locais ou por parte do proprietário⁷⁸.

A gente ocupou em acordo com o proprietário pra dar pressão no INCRA e o INCRA acelerar o processo pra liberar logo e nós assentar as famílias⁷⁹.

⁷⁸ Entrevista realizada no dia 22/11/2005 na sede do Sindicato de Trabalhadores de Arapiraca com o Sr Edilson, atual presidente da Associação do assentamento e diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Arapiraca.

⁷⁹ Entrevista concedida por Maria Gomes, em 22/11/2005, moradora do assentamento Izabel, diretora do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Girau do Ponciano e Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário, na sede do Sindicato de Girau do Ponciano.

As vistorias do INCRA constataram que as terras da fazenda tinham capacidade para apenas 50 lotes, reduzindo em 15 lotes a expectativa inicial. Esses lotes foram distribuídos de tal forma que 15 foram entregues a famílias vinculadas ao Sindicato de Arapiraca, 1 para uma família vinculada ao Sindicato de Craíbas e o restante à famílias vinculadas ao Sindicato de Girau do Ponciano. Das 50 famílias beneficiadas no projeto, 48 vivem na agrovila do assentamento e as duas demais optaram por construir suas casas no próprio lote.

O assentamento *Paraná*, segundo maior assentamento de Girau do Ponciano, ocupa uma área de 1,4 mil hectares de terra divididos em 180 lotes⁸⁰. Nele existe uma agrovila onde moram aproximadamente 34% das famílias dos assentados⁸¹, enquanto as demais construíram suas casas em seus próprios lotes, às margens das estradas que dão acesso à agrovila e à escola do assentamento. Essa agrovila fica a aproximadamente 10 quilômetros da sede do município de Girau do Ponciano, com acesso pela Rodovia Estadual AL-487 e por estradas de terra.

Nesse assentamento foram beneficiadas inicialmente 170 famílias. Algum tempo depois de sua implantação foram instaladas mais 10 famílias, ampliando o número total de lotes para 180. A ampliação no número de lotes foi solicitada junto ao INCRA pelos próprios moradores, com o objetivo de atender às famílias que surgiram dentro do próprio assentamento, após o

⁸⁰ Entre as famílias beneficiadas no assentamento Paraná estão 44 famílias de antigos trabalhadores da fazenda.

⁸¹ Plano de desenvolvimento de assentamento PDA – do projeto do assentamento Paraná. Instituto Naturagro, 2004.

casamento de filhos de assentados. A instalação desses 10 lotes utilizou parte da área disponibilizada para o uso comum e que estava sem aproveitamento⁸². Nesse assentamento a produção é basicamente para subsistência, sendo que as principais lavouras são as de feijão, milho e macaxeira.

Foto 1

Agrovila do assentamento *Paraná*



Do total de lotes do assentamento *Paraná*, 149 estão ocupados por famílias que foram beneficiadas originalmente pelo projeto e os demais 32 lotes estão ocupados por famílias que tiveram acesso a eles através da compra, da troca, ou ainda de outras formas de acesso⁸³. O assentamento *Paraná* é, entre os assentamentos estudados, o que possui o maior número de famílias que deixaram os lotes. Essas famílias reclamam, principalmente, das condições de infra-estrutura produtiva do local e da impossibilidade de acesso a linhas de crédito para o financiamento da produção.

⁸² Entrevista concedida pelo Sr. José Pedro Sobrinho, presidente da Associação Amigos do Sítio Boa Vista, uma das associações do assentamento Paraná, em sua residência, em 23/11/2005.

⁸³ Entrevista concedida pelo Sr. José Petrúcio, morador do assentamento Paraná, em sua residência, no dia 23/11/2005.

De fato, Lopes et al (2004)⁸⁴, em estudo realizado sobre o impacto dos assentamentos no Estado de Sergipe, encontrou motivos semelhantes para evasão nos assentamentos por ele estudados. Segundo sua pesquisa, as principais causas da evasão dos assentamentos em Sergipe seriam as péssimas condições de infra-estrutura econômica e social, a falta de acesso dos moradores a crédito para financiar a produção e a não adaptação das famílias ao assentamento.

Após a morte do antigo proprietário da fazenda onde atualmente está localizado o assentamento *Paraná*, seus herdeiros, sem interesse em continuar com a produção na fazenda, optaram por procurar o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Girau do Ponciano para que este fizesse a intermediação com o INCRA e suas terras fossem adquiridas para utilização em projetos de reforma agrária.

As negociações para a compra da fazenda se iniciaram em meados de 1997. As famílias foram selecionadas a partir de um cadastramento prévio feito pelo INCRA no município de Girau do Ponciano. Esse cadastramento envolveu famílias da própria região, mas também de outras regiões do Estado e de Estados vizinhos, como Pernambuco e Sergipe, que ficaram sabendo do processo de cadastramento através de amigos ou através da divulgação feita nas rádios locais pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Girau do Ponciano. A seleção final das famílias beneficiadas no assentamento foi feita pelo INCRA, que entregou os lotes em 1998.

⁸⁴ LOPES, Eliano Sergio Azevedo; MATOS, Elmer Nascimento; ALVES, Marlene dos Santos; SILVA, Tânia Elias Magno da. Organização produtiva e impactos dos assentamentos rurais do Estado de Sergipe. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio (Orgs.). Assentamentos Rurais mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro, Mauad, 2004, p. 240.

No assentamento *Japão II*, que ocupa uma área de 545 hectares, foram assentadas 46 famílias que moram em seus próprios lotes medindo em média 4 hectares. Esse assentamento fica distante da sede do município aproximadamente 20 quilômetros por estradas de terra. As famílias beneficiadas nele ocupam a área desde 1984, produzindo principalmente milho, feijão, macaxeira e fumo. Em 2001, com recursos do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA, o INCRA efetivou a aquisição das terras e regularizou o assentamento.

As famílias que foram beneficiadas nos assentamentos *Paraná*, *Santa Izabel* e *Japão II* não estão vinculadas a nenhum movimento social de luta direta por reforma agrária, como MST ou a Comissão Pastoral da Terra – CPT; elas se organizaram através do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Girau do Ponciano e atualmente estão organizadas em associações criadas nos próprios assentamentos.

Nos assentamentos *Paraná* e *Japão II* a articulação das famílias beneficiadas se realiza de forma precária, sem uma história de luta pela posse da terra. Elas são reticentes em organizar formas conjuntas de reivindicação. As disputas internas – o assentamento *Paraná* possui duas associações de moradores – e as dificuldades das associações em obter resultados positivos para as famílias assentadas têm provocado frustração nos associados, que se negam a participar de qualquer tipo de atividade encabeçada pelas associações e que não envolvam a liberação de recursos.

Nesses assentamentos, foram estabelecidos vínculos de amizade e solidariedade que permitem que seus moradores passem a realizar atividades conjuntas, principalmente relacionadas às questões de lazer, como festas e jogos, mas também na troca de serviços, como para a realização da colheita ou para a preparação da terra. Já os problemas que atingem a todos, como a falta de água ou a falta de máquinas agrícolas, por exemplo, são tomados como um problema particular e como tal são buscadas as soluções para eles.

Nesse sentido, não é incomum que, pela ausência de políticas públicas, as famílias beneficiadas nos assentamentos *Paraná* e *Japão II* recorram aos mandatários locais ou aos cabos eleitorais, tentando a solução para esses problemas de forma particular, reproduzindo as formas tradicionais de mando e subserviência.

Aqui, nós se vira como pode, pede ajuda aos amigos pra vê se as coisa melhora. Não adianta nós esperar pra reunião, é só conversa e briga, se nos qué alguma coisa tem que ir atrás. No tempo da política a gente sempre consegue umas coisas, a máquina passa na rodagem, a gente consegue um trator, você sabe como é...⁸⁵.

O assentamento *Rendeira* está situado no perímetro rural, distante 30 km (por estradas de barro) do centro urbano da cidade de Girau do Ponciano e 21 km da cidade de Arapiraca (pela AL-220 em direção à cidade de Jaramataia), próximo ao povoado Folha Miúda.

⁸⁵ Entrevista concedida pelo Sr. Antonio da Silva, morador do assentamento Paraná, realizada em 13/10/2005, nas proximidades de sua residência.

Sua origem se liga à ocupação da fazenda de propriedade do Grupo Agropecuário Olival Tenório Ltda. por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em 1998. O grupo Olival Tenório Ltda. atua na produção de álcool e açúcar, sendo um dos grupos que passou a utilizar os tabuleiros para o cultivo da cana no Estado de Alagoas, intensificando a utilização dos adubos químicos e da mecanização, possuindo, além de vastas extensões de terras para o cultivo dela, a Usina Porto Rico, localizada no município de Campo Alegre, a Destilaria Porto Alegre, localizada no município de Colônia Leopoldina, ambas em Alagoas, e a Destilaria Decasa, na região de Presidente Prudente, em São Paulo. O grupo atua ainda no ramo de venda de automóveis e peças, com a Concessionária Importadora, no ramo de pneus, com a Importadora Pneus, na criação de gado, com a Agropecuária Olival Tenório Ltda. e na criação de cavalos de raça, no Haras Porto Rico.

O processo de ocupação da fazenda não se efetivou de forma pacífica. Entre a primeira ocupação e o assentamento das famílias foram realizados pelo menos três despejos, envolvendo capatazes contratados pelos proprietários da fazenda e policiais, porém, orientadas pelo MST, as famílias passavam a ocupar as margens da rodovia e, na primeira oportunidade, reocupavam a fazenda.

Tinha muita dificuldade, nós ocupava, armava os barraco, eles vinha e derrubava tudo [...] vinha polícia e vinha segurança da usina, ponhava nós pra fora. Aí, nós armava tudo na beira da pista, a gente

parava os carro pra pedir uma ajuda, às vezes tinha até confusão. Mas quando eles esquecia, nós ia lá e entrava de novo⁸⁶.

O assentamento *Rendeira* é, até o momento, o maior assentamento do Estado de Alagoas, com uma área de 4.491,93 hectares de terra onde foram assentadas 287 famílias que se dedicam ao cultivo de fumo, milho, feijão e palma forrageira, utilizando, basicamente, a exploração da mão-de-obra familiar.

Devido à sua extensão, as famílias assentadas nele foram distribuídas em 5 agrovilas: *Sete Casas*, *Padre Cícero*, *Carro Queimado*, *Santo Antônio* e *1º de Maio*. O acesso a essas agrovilas é bastante diferenciado. As agrovilas *Padre Cícero*, *Carro Queimado* e *Santo Antônio* estão localizadas às margens da AL-220 e possuem acesso muito rápido e fácil para a cidade de Arapiraca, enquanto as agrovilas *1º de Maio* e *Sete Casas*, essa última a maior agrovila do assentamento, com 86 famílias, possuem o acesso bastante dificultado pelas péssimas condições das estradas.

Cada agrovila do assentamento *Rendeira* possui uma associação específica que tenta atender às demandas de seus associados, apesar da pouca participação, além de realizar uma articulação com representantes do MST que acompanham o assentamento.

Para Guanzioli et al (2001)⁸⁷, nos assentamentos brasileiros em que há uma história de organização e luta pela posse da terra existe também um

⁸⁶ Entrevista concedida pelo Sr. Laércio da Silva, morador da agrovila Padre Cícero, em 23/11/2005, durante deslocamento pelas agrovilas do assentamento *Rendeira*.

maior grau de desenvolvimento grupal e um melhor relacionamento institucional.

No caso, o acompanhamento realizado por militantes do MST no assentamento *Rendeira* possibilita que algumas ações de reivindicação sejam realizadas conjuntamente, envolvendo moradores das 5 agrovilas, que se mobilizam e realizam manifestações em Girau do Ponciano ou mesmo em Maceió.

Aproximadamente 35% das famílias beneficiadas nesse assentamento vieram de outras regiões do Estado. Engajadas na luta pela terra - essas famílias que, em sua maioria, são formadas por ex-trabalhadores ligados à produção do açúcar e do álcool, e que participavam do MST – migraram para a região somando-se aos 65% restantes, formados por famílias que moravam em Girau do Ponciano ou em cidades vizinhas como: Arapiraca, Traipu, Craíbas, Jaramataia e Batalha, e que vislumbrando a possibilidade de terem acesso à terra e orientadas pelo MST, realizaram a ocupação da fazenda.

Eu já tava vivendo nos barracos de lona há muito tempo, era um sofrimento só, nós ia de um canto pra outro, pra onde o movimento mandava, até que nós chegou aqui e conquistou esse pedaço de chão⁸⁸.

Dos trabalhadores beneficiados no assentamento *Rendeira* aproximadamente 89% retiravam seu sustento do trabalho com a terra – ou

⁸⁷ GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENCOURT, Gilson. Agricultura familiar e agrária no século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, 2001, p. 200 e 2001.

⁸⁸ Entrevista concedida pelo Sr Petrucio da Silva Santos, morador da agrovila 1º de Maio, em 24/11/2006, em sua residência.

eram trabalhadores rurais que executavam seus trabalhos nas fazendas da região ou eram agricultores que trabalhavam a terra através, principalmente, de arrendamentos⁸⁹.

Os assentamentos *Roseli Nunes, Nova Paz e Sete Coqueiros*, recentemente criados, beneficiam juntos 68 famílias em uma área de 828,29 hectares e, como os demais assentamentos do município, são formados, em sua maioria, por famílias que tinham seu sustento vinculado à produção agrícola e moravam, principalmente, na zona rural de Girau do Ponciano e dos municípios vizinhos.

⁸⁹ Plano de desenvolvimento sustentável do assentamento Rendeira. Fundepes-Ufal/Inkra – PDA 2001.

3.1 – Organização da produção, infra-estrutura e mediação dos problemas: a vida nos assentamentos

As famílias beneficiadas nos assentamentos do município de Girau do Ponciano têm nas lavouras de macaxeira, milho, feijão e fumo e na criação de alguns animais de pequeno porte, como galinhas, perus, cabras e bodes, seus principais produtos, que são consumidos pela própria família ou comercializados nas feiras da região e com atravessadores nos próprios assentamentos. Equipamentos e máquinas praticamente não são utilizados e o uso de insumos agrícolas está limitado ao cultivo do fumo, que lança mão da adubação química e agrotóxicos com o objetivo de garantir a produtividade.

Nos assentamentos estudados a comercialização da produção é apontada pelas famílias beneficiadas como a principal fonte de renda, que é normalmente complementada com a venda de trabalho a fazendeiros da região, com a execução de trabalhos não agrícolas⁹⁰ e com benefícios concedidos pelo governo através de aposentadorias ou do bolsa família, por exemplo.

⁹⁰ Muitas das famílias assentadas possuem componentes da família que trabalham fora do assentamento, principalmente na cidade de Arapiraca. É o caso, por exemplo, de um dos diretores da associação do assentamento Japão II, que trabalha em uma loja comercial no município de Arapiraca.

Neles a produção é organizada de forma individual. Cada família produz em seu próprio lote, sendo responsável por todas as etapas da produção, da preparação da terra a comercialização do produto. Nos assentamentos *Rendeira*, *Santa Izabel*, *Paraná* e *Japão II* não existe nenhum tipo de forma cooperada de produção ou comercialização. Mesmo no início, no período de implantação dos assentamentos, quando, conforme depoimentos dos moradores, os técnicos do INCRA e as lideranças do MST, no caso do assentamento *Rendeira*, insistiram em que a produção ou pelo menos a comercialização dos produtos fosse desenvolvida conjuntamente, as famílias assentadas resistiram e permaneceram produzindo e comercializando de forma individual.

A experiência de uso comum de máquinas, equipamentos e do espaço reservado para o uso coletivo reflete o receio das famílias beneficiadas nos projetos em relação à prática de atividades conjuntas. As famílias do assentamento *Santa Izabel*, por exemplo, decidiram vender os equipamentos agrícolas: o trator, o carro e as máquinas agrícolas, cedidos pelo INCRA, para o uso comum no assentamento, e dividir o dinheiro entre elas. As famílias do assentamento *Paraná* viram esses mesmos equipamentos ser sucateados nos primeiros meses de implantação do assentamento pela falta de manutenção e má gestão da associação responsável pela administração dos bens. Em todos os assentamentos estudados as áreas disponibilizadas para o uso comum ou estão sendo subutilizadas, ou foram redistribuídas.

A fonte de renda que a associação tinha era o trator, mas ele foi vendido porque o trator não era vinculado à associação, era vinculado ao assentado, e eles sabiam disso. Se tivesse no estatuto

da associação que o trator era da associação ele não teria sido vendido, porque eu era o presidente na época e era contra. Sob pressão, o pessoal do INCRA veio ao assentamento, eu disse que ia entrar com uma ação na justiça, e aí, recebi ameaças de morte, que eu não podia fazer aquilo porque aquilo era deles, e eles tinha conhecimento que realmente era, então, o rapaz do INCRA disse que ia me dá um conselho: eu já trabalho com assentamento há muito tempo e sei o que pode acontecer com você, você abra mão e deixe eles vender porque quem vai se lascar são eles mesmos. Voltei atrás, foi vendido, cada um recebeu R\$ 310,00 (trezentos e dez reais)⁹¹.

As dificuldades encontradas para a aquisição de crédito agrícola para o custeio das safras nos bancos oficiais pelas famílias assentadas têm refletido de forma negativa no desenvolvimento dos assentamentos rurais em Girau do Ponciano e no Brasil. Esse problema tem sido constatado em várias regiões do país. Fernández e Ferreira (2004), ao estudarem os impactos dos assentamentos rurais no Estado do Mato Grosso, constataram que:

Os programas de crédito especial para áreas de assentamento não têm conseguido suprir as demandas e carências das famílias assentadas. O volume de recursos liberado foi insuficiente para fortalecer a produção dos assentamentos que, via de regra, apresenta-se fragilizada pela falta de infra-estrutura produtiva, ausência de orientação técnica, conflitos organizacionais e dificuldades de comercialização⁹².

Após a constituição dos assentamentos no município de Girau do Ponciano, as famílias contraíram empréstimos em bancos oficiais que foram realizados a grupos de assentados em que cada um era fiador do restante do

⁹¹ Entrevista concedida pelo Sr. José Monteiro da Silva, ex-presidente da associação do assentamento Santa Izabel em entrevista realizada em 7/3/2006 na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Girau do Ponciano.

⁹² FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon; FERREIRA, Eudson de Castro. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio (Orgs.). Assentamentos Rurais mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro, Mauad, 2004, p. 209.

grupo, o que, para o banco credor, garantiria o pagamento, porém o receio de que os outros componentes do grupo não pagassem levou à inadimplência quase que total das famílias assentadas.

O endividamento da maioria dos assentados junto aos bancos oficiais tem levado as famílias assentadas a buscar crédito para o custeio da safra junto a comerciantes e atravessadores da região, que emprestam o dinheiro em troca da garantia da compra do produto e do pagamento de juros acima das taxas de mercado.

Nós tem aqui aquela questão da inadimplência dos assentados, aí os bancos não quer emprestar dinheiro pra eles. Aí, tem aquela dívida que o pessoal fez e que não estão conseguindo fazer o pagamento, enquanto o INCRA, os órgãos competentes não resolver esse problema a gente não vamos poder fazer nada. Não adianta a gente tirar das goelas e pagar, se o outro não pagar não adianta, nós continua com o nome sem poder pegar empréstimo. Hoje por causa disso, nós não pode pegar dinheiro nem no Banco do Nordeste nem no Banco do Brasil⁹³.

O trabalho realizado pelas equipes que prestam assistência técnica nos assentamentos, normalmente técnicos agrícolas, é bastante prejudicado. As visitas dos técnicos agrícolas são inconstantes; no assentamento *Santa Izabel*, por exemplo, os moradores reclamam da inexistência desse serviço:

No assentamento Paraná, nos outros assentamentos, dizem que tem uma assistência lá, no da gente foi aprovada uma assistência pra lá, mas até hoje ela não chegou lá, se ta ganhando dinheiro, ta ganhando pra lá, e a gente não estamos sabendo. A assistência no

⁹³ Entrevista concedida pelo Sr. José Monteiro da Silva ex-presidente da Associação do assentamento Santa Izabel, em entrevista realizada em 7/3/2006 na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Girau do Ponciano.

Santa Izabel tem só no papel, na realidade não tem, não sei o que acontece ali⁹⁴.

No assentamento *Paraná*, um dos problemas apresentados pelo presidente de uma das associações é o fato de que os poucos projetos desenvolvidos pelas equipes técnicas não conseguem ser implantados em virtude da dificuldade que as famílias têm para obtenção de crédito para a produção, além do fato de que muitos desses projetos são desenvolvidos e encaminhados sem ter em consideração as necessidades dos moradores⁹⁵.

Um outro aspecto importante no desenvolvimento do trabalho prestado pelas equipes de assistência técnica é o fato de os trabalhadores dos assentamentos estarem presos a formas tradicionais de cultivo, resistindo intensamente à mudança em suas técnicas por acreditarem que já conhecem o suficiente sobre a melhor forma de produzir.

Sem ter resultados práticos dos serviços prestados pelos técnicos e presos a formas tradicionais de cultivo, as famílias assentadas, em geral, esperam deles apenas a viabilização de projetos que possam resultar na liberação de recursos.

⁹⁴ Entrevista concedida por Maria Gomes, em 22/11/2005, moradora do assentamento Izabel, diretora do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Girau do Ponciano e Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário, na sede do Sindicato de Girau do Ponciano.

⁹⁵ entrevista concedida pelo Sr. José Pedro Sobrinho, Presidente da Associação Amigos do Sítio Boa Vista, uma das associações do assentamento Paraná, em sua residência em 23/11/2005.

Meu pai já plantava milho e fumo, eu nasci plantando milho e fumo, não tenho mais o que aprender nessa lida com a terra, o que nós precisa é de dinheiro e de água pra poder produzir⁹⁶.

Em uma terra seca, praticamente sem água para a produção, sem recursos financeiros, e com uma assistência técnica limitada, a produção nos assentamentos *Rendeira, Santa Izabel, Paraná e Japão II* não atende às especificações do mercado formal, dificultando a comercialização da produção. Produzindo de forma praticamente artesanal, as famílias assentadas não conseguem suprir as necessidades das indústrias da região quanto à quantidade, à regularidade e à qualidade dos produtos.

A cidade de Arapiraca, que fica a cerca de 20 km dos assentamentos, é o segundo maior município de Alagoas, possui uma economia bastante diversificada e é um importante pólo produtor de frangos e de fumo. Arapiraca possui ainda a principal indústria de alimentos derivados de milho do Estado, o Grupo Coringa.

Não só a cidade de Arapiraca, mas também as cidades que compõem o seu entorno possuem um elevado número de propriedades ligadas à agricultura familiar. Apesar disso, o fumo é comprado junto a grandes fornecedores da região e o milho, utilizado para a produção de alimentos ou como ração para os frangos, é obtido, em sua maioria, através da importação do produto em outros Estados e até mesmo em outros países.

Olha, nós aqui (Grupo Coringa) consumimos muito milho, a grande maioria vem de fora, porque nós precisamos de quantidade, regularidade e qualidade, se nós não utilizarmos um milho de

⁹⁶ Entrevista concedida pelo Sr. Laércio da Silva, em 25/10/2005, nas proximidades de sua residência.

qualidade, nós perdemos muito no resultado final do nosso produto, o que vai se refletir no consumo. O pessoal dos assentamentos da região de Arapiraca não utiliza as sementes certas e nem a técnica correta de produção, além disso, o ganho na produção do milho vem através da quantidade produzida, no caso deles a área também é muito pequena. A gente aqui não tem nem balança pra pesar a quantidade produzida individualmente. [...] Quanto ao fumo, que eles também produzem, eles acabam vendendo para o pessoal que passa lá e compra, ou nas feiras da região⁹⁷.

Os atendimentos à saúde, nos assentamentos de Girau do Ponciano, são bastante deficitários, eles estão limitados aos postos de saúde e a um pequeno hospital localizado no espaço urbano da cidade. Esse hospital é incapaz de atender aos casos mais graves e urgentes que envolvam uma maior complexidade no tratamento⁹⁸, por isso, muitas das demandas médico-hospitalares do município são enviadas para municípios como Arapiraca e Maceió.

Nos assentamentos estudados não há o desenvolvimento de nenhum tipo de atendimento regular à saúde. Em todos eles encontramos intensas dificuldades de seus moradores em relação à possibilidade de atendimento e acompanhamento médico, tanto nos casos de urgência quanto nos casos mais rotineiros. Nos assentamentos não existem postos de saúde e nem visitas regulares dos agentes do Programa de Saúde da Família – PSF⁹⁹, obrigando seus moradores a se deslocarem para o centro urbano em busca de atendimento médico.

⁹⁷ Entrevista concedida pelo Sr. Sérgio Murilo, diretor de Marketing do Grupo Coringa, em seu escritório, no dia 6/12/2005.

⁹⁸ Em todo o Estado de Alagoas existem apenas duas unidades hospitalares públicas, destinadas aos atendimentos de urgência e emergência e que envolvam casos de maior complexidade. Essas unidades estão localizadas nas cidades de Maceió e Arapiraca.

⁹⁹ O Programa de Saúde da Família – PSF foi instituído pelo Governo Federal em parceria com os municípios e tem como objetivo o atendimento preventivo das famílias em suas próprias residências.

Esse deslocamento é, na maioria das vezes, realizado pelos próprios moradores¹⁰⁰ ou por políticos locais, já que não existe nenhum serviço de transporte das populações que demandam por atendimento médico nos assentamentos *Santa Izabel, Paraná e Japão II*. No assentamento *Rendeira*, a prefeitura alugou um carro¹⁰¹, de propriedade do filho de um dos coordenadores da associação do núcleo *Sete Casas*, para servir de transporte aos moradores em caso de necessidade de atendimento médico-hospitalar. Mesmo com a disponibilização desse veículo, a falta de informação sobre a existência do serviço somada à dificuldade de comunicação e de acesso às residências das famílias exclui boa parte dos assentados da prestação desse serviço.

As dificuldades encontradas pelos moradores dos assentamentos para atendimento médico na cidade de Girau do Ponciano, em virtude das limitações no atendimento e em virtude dos problemas de acesso e locomoção, têm levado as famílias dos assentamentos *Santa Izabel, Rendeira e Japão II*, que por suas localizações possuem acesso mais rápido e fácil à cidade de Arapiraca, a procurar o atendimento de suas demandas médico-hospitalares nesta cidade¹⁰².

Os moradores do assentamento *Santa Izabel*, por exemplo, para poderem ser atendidos pelos serviços de saúde do município de Girau do Ponciano precisam, em virtude da falta de transporte regular, se deslocar

¹⁰⁰ Nos casos mais urgentes as famílias nos assentamentos chegam a pagar até R\$ 70,00 (setenta reais) para que proprietários de veículos as levem até o hospital.

¹⁰¹ O carro alugado pela prefeitura do município de Girau do Ponciano para o deslocamento dos assentados até a cidade para a realização de atendimento médico, é um carro comum para transporte de pessoas, sem nenhum tipo de preparo para o recebimento de pessoas acometidas de algum tipo de problema de saúde.

¹⁰² Informações obtidas com vários moradores do assentamento *Santa Izabel* durante o desenvolvimento de nossa pesquisa de campo.

primeiro para a cidade de Arapiraca e só depois para a cidade de Girau do Ponciano.

Olha, meu filho, quando eu vou pro médico, eu vou pra Arapiraca, lá nós chega mais fácil e tem mais médico pra atender a gente. No Girau, da muito trabalho pra gente chegar lá¹⁰³.

Outra dificuldade encontrada pelos moradores dos assentamentos está no fato de as regras de atendimento à saúde dos municípios limitarem o atendimento médico a pacientes residentes no próprio município, o que faz com que muitos moradores dos assentamentos estudados, encontrando dificuldades no atendimento, apresentem endereços de parentes ou amigos que moram em Arapiraca ou Maceió para que possam garantir que a prestação do serviço seja efetivada.¹⁰⁴

Os problemas enfrentados pelos moradores dos assentamentos em relação aos atendimentos à saúde são apontados por eles como um dos maiores obstáculos à vida nos assentamentos. Nesse sentido eles têm cobrado, principalmente das associações, que busquem soluções para que os atendimentos de saúde sejam realizados no próprio assentamento. Em todos os assentamentos estudados as associações possuem salas que disponibilizam para que sejam convertidas em consultórios médicos, porém nenhuma ação por parte do poder público tem sido efetivada nesse sentido até o momento.

¹⁰³ Entrevista concedida pela Sr^a. Maria Gomes, moradora do assentamento Santa Izabel, no dia 15/12/2006, na rua, em frente a sua residência.

¹⁰⁴ Dona Maria, moradora do Assentamento Santa Izabel, explicou, quando entrevistada, que para garantir o atendimento médico na cidade de Arapiraca, apresenta como local de residência o endereço de uma irmã que mora em Arapiraca.

No assentamento *Santa Izabel*, os moradores conseguiram instalar um gabinete odontológico há mais de dois anos, porém ele jamais foi utilizado, porque os responsáveis em gerenciar os serviços de saúde na região, apesar dos pedidos, realizados pelos moradores e pela associação, nunca disponibilizaram profissionais especializados para a realização dos atendimentos.

Em meio a intensas dificuldades, as famílias beneficiadas nos projetos de assentamento em Girau do Ponciano conduzem suas vidas convivendo com problemas que atingem praticamente todos os agricultores familiares da região. Porém, nos assentamentos, pela relação estabelecida com o Estado e pela forma como as famílias estão organizadas, elas passam a ter acesso a direitos e serviços que fora deles não teriam.

Foto 2

Residência do assentamento *Paraná*



As casas onde as famílias residem, localizadas nas agrovilas ou nos próprios lotes, foram construídas em alvenaria e possuem 2 quartos, sala,

cozinha, banheiro e um espaço no quintal onde é possível a criação de pequenos animais como galinhas e perus¹⁰⁵. Quase todas elas têm acesso ao fornecimento de energia elétrica, ficando sem a prestação desse serviço as famílias que optaram por construir suas casas nos próprios lotes, distantes da rede de distribuição.

Devido à distância que as agrovilas ficam dos lotes, existem nas proximidades delas um espaço reservado para o uso coletivo, que tem como objetivo permitir aos assentados, por exemplo, a criação de animais maiores como vacas e cavalos, ou ainda a produção conjunta de sementes. Porém esses espaços foram praticamente abandonados. No assentamento *Paraná*, parte do espaço reservado para o uso coletivo foi utilizado para assentar famílias de filhos de moradores do próprio assentamento que, casando, constituíram novas famílias. No assentamento *Santa Izabel*, houve uma tentativa de se implantar um banco de sementes que não avançou em virtude de não haver disponibilidade dos assentados de realizar o trabalho; atualmente esse espaço é utilizado para o lazer das pessoas que vivem no assentamento¹⁰⁶.

O abastecimento de água tem sido um dos importantes empecilhos para o desenvolvimento dos assentamentos no Brasil. Os problemas para a obtenção de água tanto para o consumo quanto para a produção, têm refletido no desenvolvimento social e produtivo das famílias beneficiadas nos projetos do Brasil. Para Guanzioli et al, 2001:

¹⁰⁵ Em algumas casas dos assentamentos Rendeira e Paraná foi construído, além dos cômodos para a moradia, um espaço coberto onde são guardados os equipamentos e onde são armazenadas a produção da família.

¹⁰⁶ No assentamento Santa Izabel foi construído um campo de futebol em parte do espaço previsto para o uso coletivo.

Na maioria dos assentamentos a situação social é agravada pela dificuldade de acesso a água e ausência de saneamento. Entre os problemas encontrados cita-se a ausência de poços, insuficiência de número de poços, localização distante das moradias, os poços são furados mas o motor não é instalado, ou, ainda, o motor e a caixa funcionam, a prefeitura não completa a rede de água¹⁰⁷.

O abastecimento de água potável nos assentamentos estudados é realizado das seguintes formas: através de rede adutora; através da captação das águas das chuvas em cisternas¹⁰⁸; através do fornecimento de carros pipas; através de poços construídos nas proximidades dos assentamentos; e através de açudes e lajedos¹⁰⁹ da região.

Os assentamentos *Santa Izabel, Paraná*¹¹⁰ e as agrovilas do assentamento *Rendeira, Padre Cícero, Carro Queimado e Santo Antônio*, que ficam às margens da AI-220, têm parte de seu abastecimento realizado através da rede adutora de água que serve a região. Os reservatórios dessa rede que abastecem os assentamentos ficam localizados, em virtude da altitude e da proximidade, nos municípios de Craíbas e Lagoa da Canoa, vizinhos¹¹¹ à cidade de Girau do Ponciano. Como a capacidade dos reservatórios instalados nessas cidades é insuficiente para atender a toda a

¹⁰⁷ GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENCOURT, Gilson. Agricultura familiar e agrária no século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, 2001, p.202.

¹⁰⁸ A maioria das cisternas da região estão instaladas nos assentamentos. Elas, em sua maioria, são construídas com recursos do Governo Federal ou com recursos do próprio agricultor.

¹⁰⁹ Conforme o dicionário Aurélio (1986), o lajedo é um pequeno curso de água, permanente ou não, cujo leito é de rocha.

¹¹⁰ No assentamento Paraná as casas da agrovila e as que ficam em lotes que margeiam a estrada que dá acesso à agrovila são abastecidas pela rede de água.

¹¹¹ As famílias do assentamento Santa Izabel são servidas, com água potável através da rede adutora que tem seu reservatório localizado no município de Lagoa da Canoa enquanto os núcleos *Padre Cícero, Carro Queimado e Santo Antonio*, do assentamento *Rendeira*, são abastecidos pela rede adutora que abastece o município de Craíbas.

demanda das cidades e dos assentamentos, os administradores do sistema priorizam o abastecimento dos municípios onde os reservatórios estão instalados. Essa prática faz com que, muitas vezes, as famílias assentadas passem semanas sem o abastecimento regular de água e tenham de organizar manifestações para a sua liberação.

As agrovilas do assentamento *Rendeira, 1º de Maio e Sete Casas*, que não são servidas através da rede adutora de água, são abastecidas através de poços artesianos construídos em suas proximidades. Porém a água captada é salobra, precisando passar por tratamento para poder ser consumida por seres humanos, e a manutenção dos equipamentos que realizam o processo de dessalinização, bem como o das bombas necessárias para a captação da água, não acontece com frequência o que gera uma deficiência na prestação do serviço.

Quando a gente chegou no assentamento (Santa Izabel) em 1998, 1999, foi perfurado lá um poço artesiano com 60 metro de profundidade que tinha capacidade de 50 mil litros por hora, mas botaram uma bomba reduzida e que a gente só tinha 5 mil litros por hora. Aí, a gente ficava, pegava aquela água, jogava em uma caixa, a caixa de 5 mil litros, daquela caixa ia pra máquina (dessalinizador), aí já saía a água doce em uma caixa e a água salgada em outra. A associação fez um encanamento, mais de 200 metros de encanação, e a gente tinha quatro baldes de água por família, pra o consumo de cozinhar e beber, pra tomar um banho, lavar uma roupa, aí procurava fora¹¹².

Além disso, os reservatórios, os equipamentos para dessalinização e as bombas para a captação de água foram subdimensionados e mesmo

¹¹² Entrevista concedida pelo Sr. José Monteiro da Silva, ex-presidente da associação do assentamento Santa Izabel em entrevista realizada em 7/3/2006 na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Girau do Ponciano.

quando trabalham com capacidade plena são insuficientes para atender à demanda das famílias dessas agrovilas.

Ao lado das casas dos assentamentos *Rendeira*, *Japão II* e *Santa Izabel* foram construídas cisternas com capacidade para 16 mil litros de água cada e que podem ser abastecidas com a captação de água das chuvas ou pela rede de abastecimento nas casas que são servidas por elas. No assentamento *Paraná*, apesar de o INCRA já ter realizado estudos que indicam a necessidade da construção das cisternas e aprovado o projeto para a sua construção¹¹³, as cisternas ainda não foram construídas por indisponibilidade de recursos.

Foto 3

Residência com cisterna na agrovila *Sete Casas*



O abastecimento através dos carros-pipas não possui regularidade em seu fornecimento, não atende à demanda e é destinado às localidades de

¹¹³ Informação obtida junto ao Sr. Everaldo Moraes, chefe da Divisão de Suporte Operacional do Incra em Alagoas, através de entrevista realizada na sede do Incra, no dia 07/11/2005.

acordo com a conveniência do controlador do serviço e da força que as famílias necessitadas expressem no jogo político local.

Os moradores da região e em especial os dos assentamentos recorrem ainda, para a obtenção de água potável, aos açudes e lajedos da região. Esses servem não só para o a obtenção de água potável como também para a utilização na produção dos assentamentos. Porém os poucos açudes e lajedos da região encontram-se sem a devida manutenção e estão praticamente secos.

Foto 4

Escola do Assentamento *Paraná*



Nos assentamentos *Paraná*, *Santa Izabel*, nas agrovilas *Padre Cícero* e *Sete Casas* do assentamento *Rendeira*, existem escolas que atendem as crianças das famílias assentadas e das proximidades com ensino de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Essas escolas foram adquiridas e/ou construídas pelo INCRA ou prefeitura e são abastecidas com material, merenda, funcionários administrativos e professores pela prefeitura

municipal, que também é responsável pelo transporte das crianças de suas residências até a escola. Nessas escolas ainda são oferecidos cursos de alfabetização de adultos que atendem os moradores dos assentamentos e da região no turno noturno.

Os moradores dos assentamentos enfrentam problemas quanto à inconstância de fornecimento de merenda escolar pela prefeitura. Esse fato faz com que as aulas sejam interrompidas quando a merenda falta no horário do recreio e as crianças sejam encaminhadas para suas casas.

Um outro problema é o fato de as escolas, nos assentamentos, só ensinarem até a 4ª série do ensino fundamental. As crianças que superam essa série têm de se deslocar até as escolas dos povoados mais próximos, para a conclusão do Ensino Fundamental. Caso contrário, encerram sua formação com as séries iniciais.

O problema do deslocamento para outras escolas distantes do assentamento se soma ao fato de não haver transporte regular ligando os assentamentos e o centro urbano da cidade de Girau do Ponciano e ao fato de as estradas, em sua maioria, estarem em condições precárias de tráfego. O transporte para a cidade é feito por caminhões clandestinos que transportam os moradores dos assentamentos e dos povoados da região mediante o pagamento de uma determinada quantia.

Nos assentamentos estudados, convivendo com inúmeras dificuldades, o acesso à terra e à produção permite, além da comercialização, que a produção seja consumida pela própria família. A garantia do alimento de cada dia é avaliada por muitos dos agricultores assentados como um

aspecto positivo em comparação às dificuldades que tinham para obter o alimento diário antes da chegada ao assentamento.

A produção para o autoconsumo e a comercialização nas proximidades dos assentamentos é uma das principais características da produção das famílias beneficiadas em projetos de assentamento no Brasil. Para Medeiros (2003):

Em geral, os produtos cultivados nos assentamentos são destinados à alimentação da família ou à venda nos mercados locais: trata-se de produtos estratégicos, funcionando quer para a obtenção de renda monetária, quer para o autoconsumo (mandioca, feijão, milho, no que se refere à agricultura, e criação de pequenos animais, como galinhas e porcos)¹¹⁴.

Nos assentamentos, apesar das limitações, as famílias beneficiadas conseguem retirar da terra condições mínimas de sobrevivência, além de terem acesso a serviços públicos que, ainda que deficitários, normalmente não teriam. Nas agrovilas dos assentamentos *Rendeira*, *Japão II*, *Santa Izabel* e *Paraná* as famílias têm acesso a serviços como educação, abastecimento de água e fornecimento de energia.

Em Girau do Ponciano, segundo dados do IBGE, 50,75% da população com 15 anos de idade ou mais é analfabeta¹¹⁵. Nos assentamentos, as escolas, construídas nas proximidades das agrovilas diminuem as possibilidades de evasão escolar, permitem a interação entre o corpo docente e as famílias dos alunos, além de oferecer aos adultos da

¹¹⁴ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma agrária no Brasil história e atualidade da luta pela terra. São Paulo, Perseu Abramo, 2003, p. 88.

¹¹⁵ IBGE. Censo demográfico 2000.

região, através de cursos de alfabetização, a oportunidade de aprender a ler e a escrever para aqueles que ainda não sabem. Nas agrovilas, pela proximidade entre as casas, são criados laços afetivos e de compromissos mútuos entre as famílias que vivem nela, possibilitando que mesmo recorrendo a práticas tradicionais para a mediação dos problemas elas passem, gradativamente, a buscar conjuntamente a solução para os seus problemas.

Os assentamentos rurais do município de Girau do Ponciano são formados por famílias que, em sua maioria, já residiam nas proximidades das áreas utilizadas nos projetos (ou no próprio município ou em municípios vizinhos) e que, de alguma forma, já conheciam os problemas da região e as formas tradicionais de resolvê-los. Essas formas, vinculadas ao assistencialismo e à reprodução da estrutura de mando, são mantidas pelas famílias como o principal recurso utilizado para a solução dos problemas.

A gente tem muitos problema por aqui, falta água, nós não tem dinheiro pra plantar, mas aqui nós se ajeita, se o cabra tem coragem de trabalhar as coisa se ajeita. Se as coisa não tão muito boa nós pede ajuda aos amigo, fala com o prefeito, tenta arrumar. Quando não tem jeito nós pede ajuda ao movimento (MST), eles organiza a gente e nós faz manifestação, se precisar nós acampa, ocupa. Nós tenta dá um jeito pra melhorar as coisa¹¹⁶.

Nos assentamentos *Rendeira, Santa Izabel, Paraná e Japão II* as primeiras tentativas de solução dos problemas são realizadas recorrendo individualmente ou através das lideranças nos assentamentos a políticos da

¹¹⁶ Entrevista concedida pelo Sr. Pedro dos Santos, morador do assentamento *Rendeira*, em 7/3/2006, em sua residência.

região e/ou mandatários locais que, normalmente, utilizando-se da máquina pública, agem de forma paliativa diante do problema, reproduzindo práticas de exercício do poder em que a necessidade de implantação de uma política pública aparece em um jogo de favores pessoais que submete o beneficiado a obrigações com aquele que aparece como quem concede o benefício.

A prática comum da região, segundo depoimento de assessores das prefeituras visitadas, políticos locais e de trabalhadores rurais assentados, é a de se creditar a indivíduos em particular, normalmente políticos com mandato, a execução de serviços realizados pelo poder público.

A deputada (Ceci Cunha) ajudou muito o pessoal dos assentamentos daqui da região, ela mandou os carros pipa, mandou feira enquanto eles estavam acampados. Se não fosse ela, as coisas tinham sido muito pior pra eles. A deputada era como uma mãe aqui na região¹¹⁷.

Entretanto, a experiência acumulada pelas famílias durante o processo de luta pela conquista da terra e a interação que passa a ocorrer com as demais famílias vindas de outras regiões possibilitaram a inserção no cenário sociopolítico da região de novos atores sociais, ou mesmo, atores já conhecidos e com uma nova roupagem, que, ao atuarem diante dos problemas, introduzem novas práticas de contestação e reivindicação ou reconfiguram as antigas.

A potencialização das demandas trazidas pelos assentados relaciona-se com sua capacidade organizativa e com a conjuntura

¹¹⁷ Entrevista concedida por um assessor da prefeitura de Arapiraca, em seu gabinete, no dia 14/12/2006, na sede da prefeitura de Arapiraca.

política local em que se inserem, resultando, ao longo de sua constituição, quer no reforço dos tradicionais mecanismos de clientela, comuns em situações de precariedade, quer na constituição de novas lideranças que passam a disputar espaços políticos. Entre esses pontos, são múltiplas as potencialidades políticas dos assentamentos¹¹⁸.

No assentamento *Rendeira*, que possui uma história de luta mais intensa pela posse da terra, as famílias tendem a ser menos tolerantes à ausência do Estado e à execução de práticas paliativas. As famílias beneficiadas nesse assentamento utilizam, com maior frequência, ações coletivas de reivindicação, como passeatas ou ocupações de prédios públicos, pressionando o Estado para o atendimento de suas demandas. Nos assentamentos onde não há história de luta pela posse da terra, como é o caso dos assentamentos *Paraná* e *Japão II*, a busca de solução dos problemas tende a manter as práticas tradicionais.

A solução do problema, como dissemos anteriormente, quando ocorre, é paliativa e, além de não atender às necessidades, favorece, pela forma como é realizada, à desmobilização das famílias assentadas. As lideranças que surgem nos assentamentos são cooptadas pelos que detêm o poder ou pressionadas a desistir, inclusive com a utilização da força¹¹⁹.

O processo de mobilização sofre ainda pela solução dos problemas que ocorre de forma individual. Nesse caso, aqueles que detêm o poder na

¹¹⁸ LEITE, Sérgio. [et al]. Impactos dos assentamentos rurais um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo, Unesp, 2004, p. 87.

¹¹⁹ Em 2004, um dos candidatos ligados aos assentamentos foi violentamente assassinado, às vésperas da eleição. O crime, ainda sem solução, é investigado pela Delegacia de Polícia local.

região passam a realizar “favores” a aqueles que se apresentam como líderes, esperando deles o compromisso da submissão.

Teve um problema lá no assentamento, então eu conheci o pessoal, conheci uma pessoa que eu apresentei para o prefeito e ela conseguiu ser coordenadora, aí o conhecimento no assentamento só foi crescendo, crescendo, de uma maneira que quando o pessoal precisava de água, eu falava com o pessoal da prefeitura e eles mandavam o carro-pipa pra lá, eles precisavam de ônibus, pra fazer as manifestações deles, então eles chegavam até mim e falava com os homens e eles mandavam. No início do inverno nós ficamos com alguns tratores que nós colocamos lá pro pessoal¹²⁰.

Em um jogo de interesses, que coloca de um lado as famílias assentadas e do outro os detentores do poder econômico e político da região, a reação dessas famílias diante do problema pode variar em virtude do impacto que ele possa ter sobre elas; da reação do Estado ou dos mandatários locais diante desse mesmo problema; e da forma como se deu o acesso à terra pelas famílias.

Nos assentamentos do município de Girau do Ponciano onde há uma história de luta pela posse da terra, as famílias conseguem se articular de maneira mais ágil, passando a exercer ações coletivas de forma mais rápida e eficiente. Nesses casos, recebem, por parte do poder público e por parte dos mandatários locais, uma atenção maior para a solução de seus problemas. Nos assentamentos onde não há uma história de luta pela posse da terra, as mediações são realizadas de forma individual, em uma relação direta de troca de favores e de submissão.

¹²⁰ Entrevista concedida por um ex-vereador do município de Girau do Ponciano, no dia 23/3/2006, em sua residência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação dos assentamentos rurais no município de Girau do Ponciano praticamente duplicou a área utilizada pelas propriedades menores de 10 hectares, aumentando de 22% para 43% a área utilizada por essas propriedades e possibilitando o acesso à terra e à produção a 685 famílias, mais de 2,5 mil pessoas, que viviam, em sua maioria, na própria região, trabalhando a terra junto com a família em pequenas propriedades, ou ainda como arrendatários ou trabalhadores rurais nas fazendas da região.

Nos assentamentos estudados essas famílias, convivem com problemas que em muito se assemelham aos dos demais agricultores familiares da região. A ação do Estado através do desenvolvimento de políticas públicas tem sido insuficiente para garantir a independência produtiva das famílias beneficiadas nos projetos. Neles, a quase impossibilidade de acesso a linhas de crédito para financiamento da produção, a precária condição das estradas, a falta de água, a falta de técnicos agrícolas que orientem a produção, as dificuldades de acesso a equipamentos como tratores e máquinas agrícolas, aliadas à falta de organização interna capaz de propiciar às famílias assentadas o desenvolvimento ações conjuntas de produção, de comercialização e de

reivindicação, têm refletido diretamente no desempenho produtivo e na qualidade de vida dessas famílias.

O convívio diário com problemas desta ordem tem levado as famílias assentadas a recorrer a velhas práticas para a solução. Elas, que em sua maioria já viviam na região e conheciam as práticas tradicionais de mediação dos problemas, vinculadas ao assistencialismo e à subserviência, têm buscado junto aos mandatários locais a solução para os seus problemas.

Nos assentamentos, muitas das lideranças são cooptadas por esses mandatários através da concessão de benefícios pessoais. A solução dos problemas, quando ocorre, é sempre de forma paliativa, utilizando normalmente recursos do Estado, condicionando os que são beneficiados à subserviência para com aquele que determina a execução do trabalho.

Essas práticas, apesar de ocorrerem em todos os assentamentos estudados, são mais usuais naqueles em que não houve uma história de luta pela posse da terra como é o caso dos assentamentos *Paraná* e *Japão II*. No assentamento *Rendeira*, que além de ter uma história de luta pela posse da terra ainda mantém vínculos com o MST, a solução dos problemas muitas vezes é buscada de forma conjunta, através de manifestações coletivas no próprio município ou na capital do Estado, despertando a atenção das estruturas estatais e dos mandatários locais, alcançando com maior rapidez a solução, ainda que paliativa, de seus problemas.

Apesar dos problemas, nos assentamentos estudados as famílias expressam a satisfação por poderem retirar seu sustento do trabalho com a terra que agora lhes pertence. Elas, que viviam, em sua maioria, do trabalho

nas terras pertencentes a outras pessoas ou dividiam com o restante da família o espaço para a produção, passaram a ter a chance de ampliar os seus ganhos melhorando a qualidade de vida, principalmente se comparada com a que tinham no passado.

Para a maior parte das famílias entrevistadas, apesar dos problemas enfrentados nos assentamentos, a nova condição de moradia e a possibilidade de produzir em sua própria terra representam uma importante transformação em suas condições de vida. A casa, a água, a escola, o acesso à prestação de serviços médicos, a melhoria das estradas, que antes eram uma impossibilidade, passam, a partir do assentamento, a ser uma realidade possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, **Manuel Correia de. Área do sistema canavieiro.** Série Documentos Regionais. Recife: SUDENE, 1988.

BRASIL. **Estatuto da terra.** 1964.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Desenvolvimento agrário como estratégia: balanço MDA, 2003-2006.** Ministério do Desenvolvimento Agrário, Porto Alegre, NEAD, 2006.

CARVALHO, Horácio Martins de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Disponível no sítio: www.dataterra.org.br. Acesso em: 25 de maio de 2002.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana.** Maceió, Edufal, 2001, 2ª edição.

DENIT - **Mapas Rodoviários.** Disponível no sítio www.dnit.gov.br/rodovias/mapas. Acesso em 15 de dezembro de 2005.

DIEGUES JR, Manuel. **O Bangüê nas Alagoas.** Maceió, Edufal, 1980.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, 2ª edição.

FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon; FERREIRA, Eudson de Castro. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvo & LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos Rurais mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

GRAZIANO SILVA, José da. **O que é questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

_____. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura familiar e agrária no século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo, Marco Zero, 1988.

IBGE. **Censo Agropecuário 1985 e 1995/96**. Disponível no sítio www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 de junho de 2005.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Disponível no sítio www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 de junho de 2005.

_____. **Estudos e pesquisas informação demográfica e socioeconômica síntese de indicadores sociais 2004**. Rio de Janeiro, IBGE, 2005.

INCRA. **Indicadores cadastrais 2002**. disponível no sítio www.incra.gov.br. Acesso em: 15 de janeiro de 2006.

LAGES, Vinicius Nobre & ÁVILA, Vanda. **Além da conquista da terra: a sustentabilidade dos assentamentos rurais em Alagoas**. Maceió, Prodema-Ufal, 1999.

LEITE, Sérgio...[et al]. **Impactos dos assentamentos rurais um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo, UNESP, 2004.

LIMA, Arakem Alves. **A crise que vem do verde da cana**. Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-96. Maceió, Edufal, 1998.

LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação espacial do estado de Alagoas**. Maceió, Sergasa, 1992.

LIRA, Fernando José de. **Crise privilégio e pobreza: Alagoas no limiar do terceiro milênio**. Maceió, Edufal, 1997.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo et al. Organização Produtiva e impactos dos assentamentos rurais no Estado de Sergipe. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos Rurais mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo et al (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Prismas, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Servolo & LEITE, Sérgio. Perspectivas para análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: DA SILVA, Francisco Carlos T.; SANTOS, Raimundo & COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **Mundo rural e Política ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate**. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio (Orgs.). Assentamentos Rurais mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Reestruturação produtiva na atividade canavieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas**. Tese de Doutorado. Recife, 2002.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F.; SANTOS, R. N. (Orgs.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto (Orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília, Editora UNB, 1998.

SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária na Virada do Milênio**. Maceió, Edufal, 1997, 2ª edição.

SOUZA, Dílson Renan de. **Reforma agrária: as experiências em Alagoas (1980/2000)**. Maceió, Edufal, 2001.

TRABALHOS ACADÊMICOS

CAVALCANTE, Paulo Aparecido. **Alagoas: realidade agrária e movimentos sociais**. TCC, Maceió, 2001.

DOCUMENTOS

Plano de desenvolvimento sustentável do assentamento Rendeira. Fundepes-Ufal/INCRA –PDA 2001.

Plano de desenvolvimento de assentamento PDA – do projeto de Assentamento Paraná. Instituto Naturagro, 2004.

Plano de desenvolvimento do assentamento Japão II. INCRA/Instituto Caibreira, 2005.

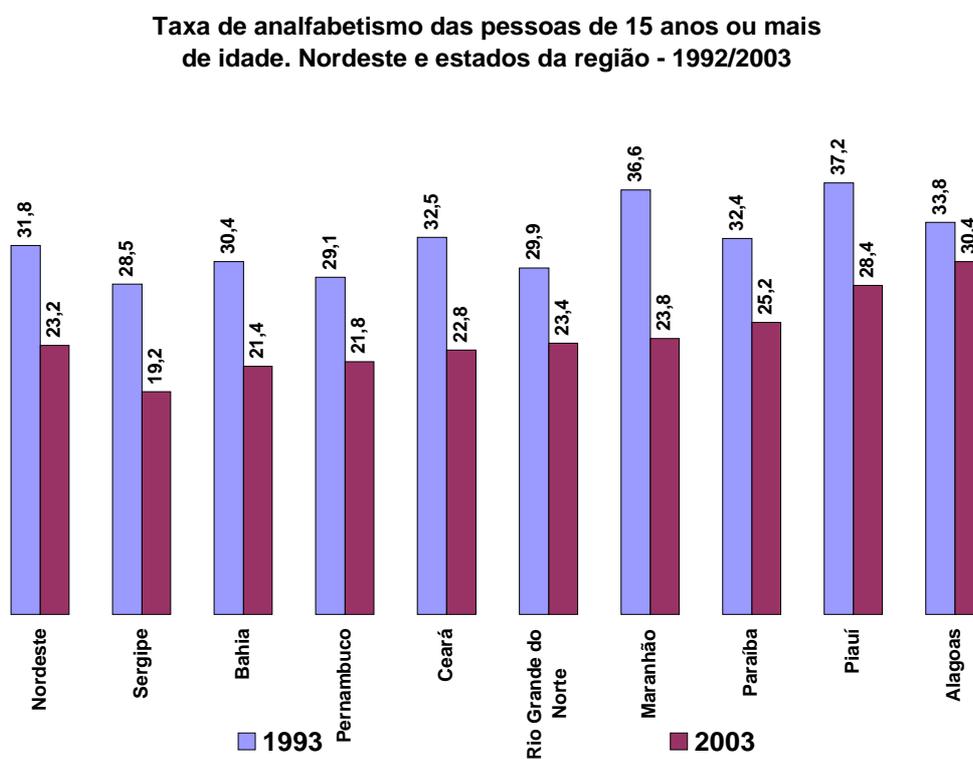
Plano de desenvolvimento do assentamento Santa Izabel. INCRA/Instituto Caibreira, 2005.

INCRA. **Identificação dos projetos de reforma agrária**. 2007.

ANEXOS

ANEXO 1

Gráfico 3

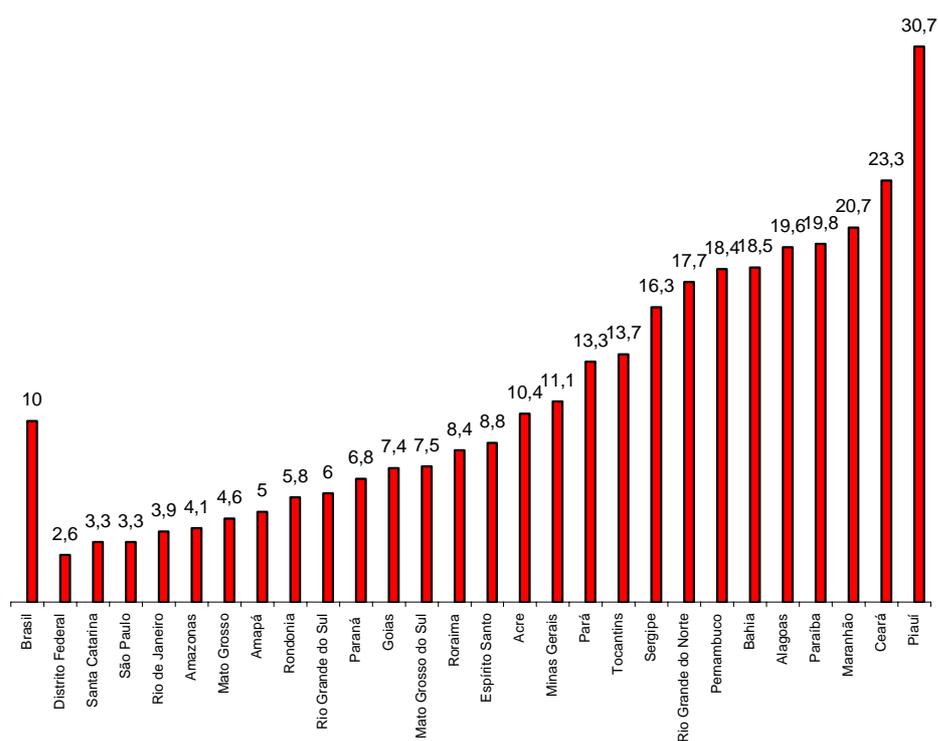


Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1993/2003.

ANEXO 2

Gráfico 4

Proporção da população ocupada com rendimento médio mensal de todos os trabalhadores de até 1/2 salário mínimo.
Brasil e Unidades da Federação

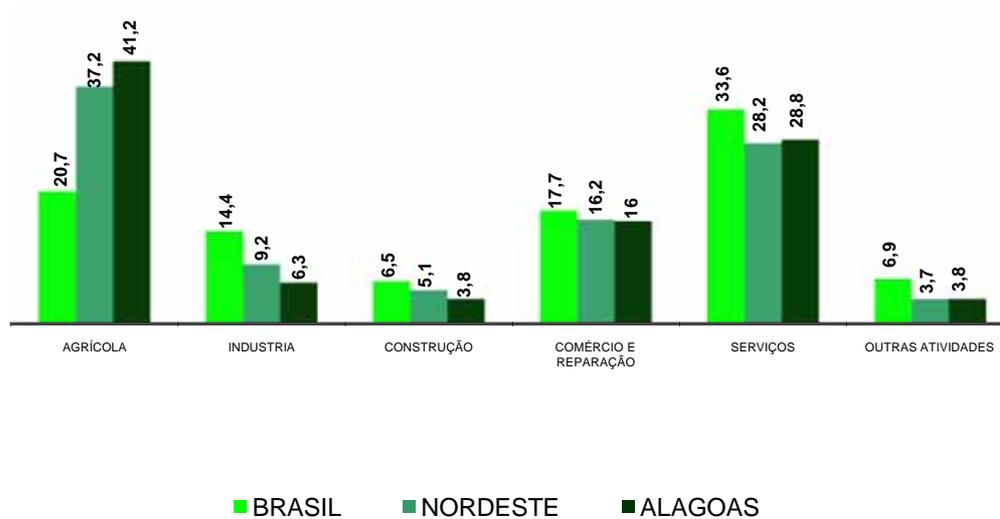


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2003.

ANEXO 3

Gráfico 5

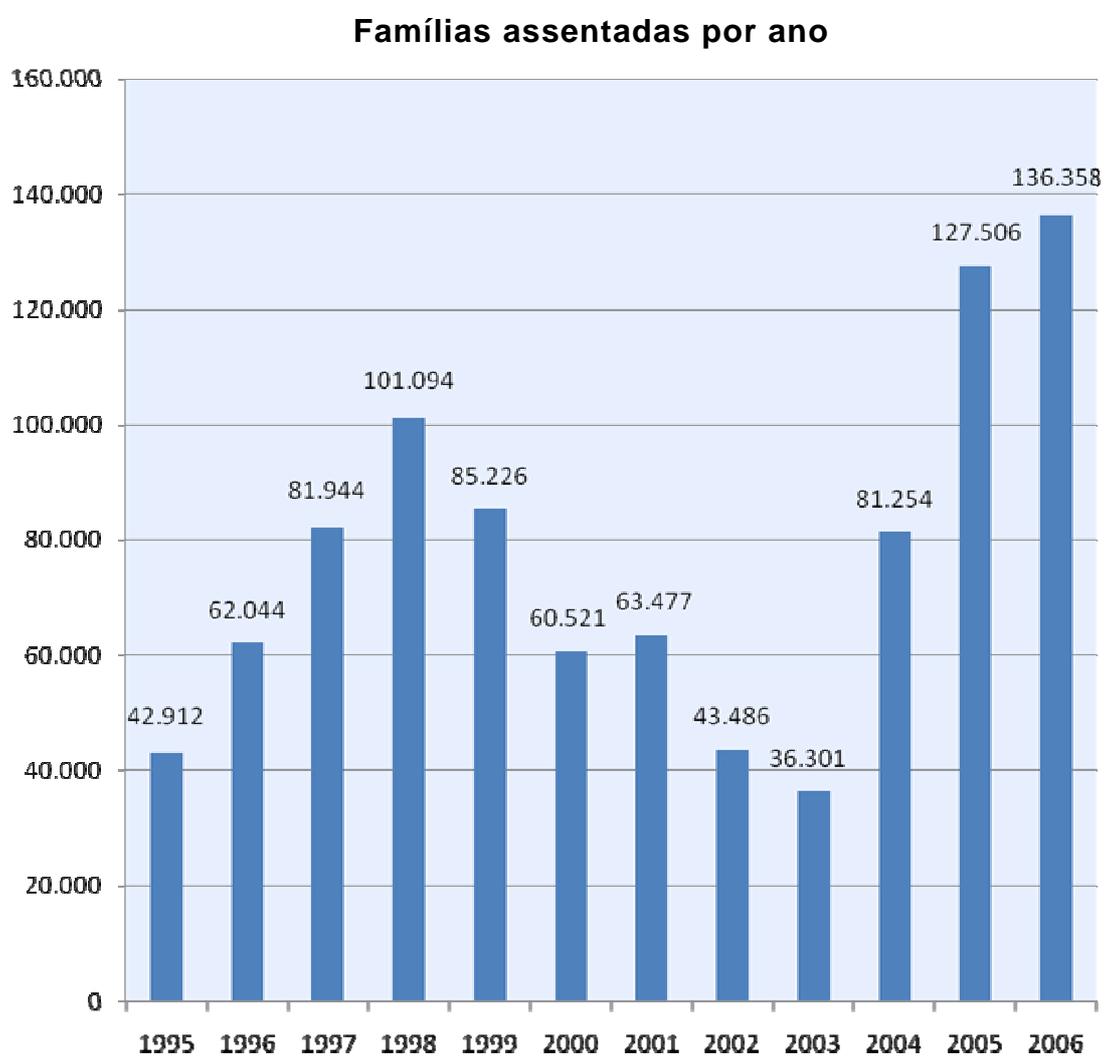
Brasil, Nordeste, Alagoas - distribuição percentual da população ocupada por grupamento de atividades



Fonte: IBGE

ANEXO 4

Gráfico 6



Fonte: Balanço MDA – 2003/2006.

ANEXO 5

Tabela 6

Assentamentos de Famílias/Implantação de Projetos Brasil			
Ano	Famílias Assentadas	Implantação dos Projetos	
		Quantidade de Projetos	Área destinada a reforma agrária (ha)
1995	42.912	387	2.544.688
1996	62.044	466	2.451.405
1997	81.944	701	3.455.917
1998	101.094	753	2.802.086
1999	85.226	670	2.109.418
2000	60.521	417	2.158.702
2001	63.477	477	1.837.883
2002	43.486	384	2.501.318
2003	36.301	320	4.573.173
2004	81.254	426	3.511.434
2005	127.506	880	14.193.034
2006	136.358	717	9.402.089
Total	922.123	6.958	51.541.207
Fonte: SIPRA-WEB-30/06/2006			

ANEXO 6

Sistema SIFRA
Fonte: SDM
Usuário:
Relatório: Rel. 0201
Data: 26/03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIFRA



Identificação dos Projetos de Reforma Agrária - Tipo, distância, famílias e área

Período da Informação : 01/01/1980 Até 26/03/2007

Código do Projeto	Projeto	Tipo de	Esfera de Responsabilidade	Distância (km)		N.º de Famílias (Capac.)	Área (ha)		N.º de Imóveis
				Munic.	UF		Projeto	Obtida	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SR (22)									
AGUA BRANCA									
AL0030000	PA PARAISO	PA	FEDERAL	4	301	31	191,9425	191,9425	1
AL0137000	PCA MALHADA VERMELHA	PCA	FEDERAL	12	331	20	102,1390	102,1390	0
AL0139000	PA COBRA	PA	FEDERAL	18	342	35	475,8790	493,0326	1
	3 Projetos					86	770,9605	787,1141	2
ANADIA									
AL0159000	PA 25 DE MARÇO/FAZENDA DE CRIAÇÃO	PA	FEDERAL	4	80	20	163,4356	163,4356	1
	1 Projeto					20	163,4356	163,4356	1
ATALAIA									
AL0019000	PA SÃO LUIZ	PA	FEDERAL	100	67	143	1.192,5000	1.192,5000	1
AL0023000	PA BOA FÉ	PA	FEDERAL	10	53	104	677,0000	651,5000	1
AL0069000	PA BRASILEIRO	PA	FEDERAL	5	53	30	193,5000	193,5000	1
AL0070000	PA IPÊ AMARELO	PA	FEDERAL	5	53	30	203,6100	203,6100	1
AL0071000	PA VARESE	PA	FEDERAL	-	-	30	205,3000	205,3000	1
AL0132000	PA OURICURI	PA	FEDERAL	15	50	30	301,6317	301,6317	1
AL0149000	PA SÃO PEDRO II	PA	FEDERAL	14	70	34	393,7085	393,7685	1
AL0151000	PA OURICURI II	PA	FEDERAL	16	70	121	962,0700	1.077,4161	0
	8 Projetos					822	4.149,4802	4.219,3263	7
BRANQUINHA									
AL0012000	PA FLOR DO MUNDAU	PA	FEDERAL	3	72	100	567,1501	583,7500	1
AL0013000	PA SANTO ANTÔNIO DA BOA VISTA	PA	FEDERAL	12	69	94	464,5350	464,5350	1
AL0015000	PA NOVA ESPERANÇA	PA	FEDERAL	12	69	128	609,3000	609,3000	1
AL0016000	PA ELDOBRADOS DOS CARAJÁS/DOIS PAUS	PA	FEDERAL	12	69	143	746,4368	731,2600	1
AL0017000	PA ZUMBI DOS PALMARES	PA	FEDERAL	12	69	123	891,5313	891,5313	1
	5 Projetos					586	3.278,9532	3.280,3763	5
CACIMBINHAS									
AL0022000	PA SANTA MARIA	PA	FEDERAL	10	186	100	2.188,8000	2.522,0000	1



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTANDO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTANDO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
 Fonte: SGM
 Usuário:
 Relatório: Rpt_0201
 Data: 28/03/2007

Identificação dos Projetos de Reforma Agrária - Tipo, distância, famílias e área

Período da Informação : 01/01/1980 Até 26/03/2007

Código do Projeto	Projeto	Tipo de	Esfera de Responsabilidade	Distância (km)		N.º de Famílias (capac.)	Área (ha)		N.º de Imóveis
				Munic.	UF		Projeto	Obrtas	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SR (23)									
UF: AL									
CHA PRETA									
	1	Projeto				100	2.188,8000	2.522,0000	1
AL0055000	SANTA FE	PA	FEDERAL	-	100	75	541,0000	880,0000	1
	1	Projeto				75	541,0000	880,0000	1
COLONIA LEOPOLDINA									
AL0011000	PA GRUTA DAQUA	PE	ESTADUAL	-	130	25	114,0000	114,0000	0
	1	Projeto				25	114,0000	114,0000	0
DELMIRO GOUVEIA									
AL0005000	PA LAMEIRÃO	PE	ESTADUAL	-	220	46	1.633,0000	1.634,3514	1
AL0061000	PA PEBÁ	PE	ESTADUAL	30	283	9	110,0000	0,0000	1
AL0064000	PA JUREMA	PA	FEDERAL	11	283	48	262,3327	272,2500	1
AL0136000	PA BEZERROS	PA	FEDERAL	14	295	70	1.032,8634	1.032,8634	1
AL0138000	PA XINGOZINHO	PA	FEDERAL	9	257	30	495,4545	407,8745	0
AL0143000	PA BOM JESUS/TALHADO	PA	FEDERAL	15	295	85	1.119,7778	1.119,7778	1
	6	Projetos				288	4.543,5484	4.467,2571	6
FLEXEIRAS									
AL0062000	PA PULGAS/NOVA CONQUISTA	PE	ESTADUAL	10	70	18	134,2000	0,0000	1
AL0063000	PA COBRAS/VITÓRIA DA CONQUISTA	PE	ESTADUAL	9	70	17	133,2500	0,0000	1
AL0148000	PA CALDEIRÕES	PA	FEDERAL	12	70	50	510,0000	551,1796	1
	3	Projetos				85	777,4500	651,1796	3
GIRAU DO PONCIANO									
AL0021000	PA SANTA ISABEL	PA	FEDERAL	20	151	50	304,4873	304,4873	1
AL0028000	PA PARANÁ	PA	FEDERAL	12	151	150	1.413,6502	1.310,8000	1
AL0050000	PA RENDEIRA	PA	FEDERAL	20	151	267	4.483,2400	4.135,4864	1
AL0059000	PA JAPACHÍ	PA	FEDERAL	30	240	46	545,0000	545,0000	1
AL0130000	PA ROSELI MUNES	PA	FEDERAL	17	165	35	444,5200	444,5200	1
AL0131000	PA NOVA PAZ	PA	FEDERAL	14	165	25	318,0300	318,0300	1



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
 Fonte: SCM
 Usuário:
 Relatório: Rm_0201
 Data: 28/03/2007

Identificação dos Projetos de Reforma Agrária - Tipo, distância, famílias e área

Período da Informação : 01/01/1980 Até 26/03/2007

Código do Projeto	Projeto	Tipo de	Esfera de Responsabilidade	Distância (km)		N.º de Famílias (capac.)	Área (ha)		N.º de Imóveis
				Munic.	UF		Projeto	Obtida	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SR (23)									
UF: AL									
GIRAU DO PONCIANO									
AL0147000	PA SETE COQUEIROS	PA	FEDERAL	17	160	12	65,7460	65,7460	1
						636	7.684,6736	7.124,0697	7
IBATEGUARA									
AL0134000	PA JUSSARA E LARANJEIRAS	PA	FEDERAL	22	111	162	1.182,2170	1.251,6930	1
						162	1.182,2170	1.251,6930	1
INHAPI									
AL0066000	PA DELMIRO GOUVEIA	PA	FEDERAL	13	275	68	996,5000	987,6353	1
AL0149000	PA SALGADINHO	PA	FEDERAL	27	263	34	424,3377	424,3377	1
						122	1.420,8377	1.411,9730	2
JACARE DOS HOMENS									
AL0068000	PA SERROTE ABOEIRAS	PA	FEDERAL	20	220	41	336,9000	336,9000	1
						41	336,9000	336,9000	1
JACUIPE									
AL0084000	PA BOA VISTA	PA	FEDERAL	18	104	185	1.409,0000	1.409,6600	1
AL0843000	PA CANAFISTULA	PA	FEDERAL	-	122	45	247,7500	247,7500	1
						230	1.656,7500	1.657,4100	2
JOAQUIM GOMES									
AL0042000	PA CAMAÇARI	PA	FEDERAL	33	72	44	389,0097	389,0097	1
						44	389,0097	389,0097	1
MACEIO									
AL0135000	PA PRIMAVERA	PA	FEDERAL	5	40	60	520,7295	520,7295	4
						60	520,7295	520,7295	4
MARAGOGI									
AL0023000	PA SÃO PEDRO	PA	FEDERAL	12	128	69	461,4000	461,4000	1
AL0026000	PA SAMBA	PA	FEDERAL	4	128	144	863,5700	863,5770	1
AL0027000	PA MASSANGANA	PA	FEDERAL	17	128	154	963,9255	863,5700	1



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Rel_0201
 Data: 26/03/2007

Identificação dos Projetos de Reforma Agrária - Tipo, distância, famílias e área

Período da Informação : 01/01/1980 Até 26/03/2007

Código do Projeto	Projeto	Tipo de	Esfera de Responsabilidade	Distância (km)		N.º de Famílias (capac.)	Área (ha)		N.º de Imóveis	
				Munic.	UF		Projeto	Obtida		
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SR (23)										
UF: AL										
MARAGOGI										
AL0029000	PA ESPÍRITO SANTO	PA	FEDERAL	12	128	49	406,4061	406,4061	1	
AL0030000	PA ITABAIANA	PA	FEDERAL	17	128	76	505,2060	505,2060	1	
AL0031000	PA ÁGUA FRIA	PA	FEDERAL	14	142	70	445,2000	481,5000	1	
AL0032000	PA JUNCO	PA	FEDERAL	14	142	53	409,5000	495,0000	1	
AL0034000	PA PAU AMARELO	PA	FEDERAL	32	129	87	461,8700	270,0000	1	
AL0035000	PA MANGEBURA	PA	FEDERAL	28	128	120	1.086,0000	1.095,0082	1	
AL0036000	PA COSTA DOURADA	PA	FEDERAL	26	129	77	505,2000	500,0000	1	
AL0037000	PA MELLOES	PA	FEDERAL	8	128	90	791,8000	791,8000	1	
AL0040000	PA BOM JESUS	PA	FEDERAL	29	128	100	690,6980	656,0000	1	
AL0048000	PA LEMOS	PA	FEDERAL	12	128	47	495,0522	495,0522	1	
AL0047000	PA JAVARI	PA	FEDERAL	12	128	55	400,0000	423,5481	1	
AL0142000	PA BUENOS AIRES/SANTA RITA	PA	FEDERAL	12	120	200	1.651,4009	1.651,4099	1	
AL0157000	PA CARAJURU	PA	FEDERAL	16	120	52	453,2559	453,2559	1	
AL0161000	PA NOVA JERUSALÉM/FAZENDA SANTA LUZIA	PA	FEDERAL	10	80	60	467,7053	467,7053	1	
						1.663	11.068,2799	10.830,5257	17	
MATA GRANDE										
AL0005000	PA VALE DO SURUBIM	PA	FEDERAL	29	295	24	614,0000	614,0685	1	
						24	614,0000	614,0685	1	
MATRIZ DE CAMARAGIBE										
AL0041000	PA SANTA CRUZ DO RIACHÃO	PA	FEDERAL	25	120	106	912,2967	912,2967	1	
AL0052000	PA FLORESTAN FERNANDES	PA	FEDERAL	25	75	52	390,3232	743,4000	1	
AL0074000	PA PARAISO AGRICOLA	PA	FEDERAL	15	78	60	578,5063	578,5063	1	
						218	1.881,1262	2.234,2030	3	
MURICI										
AL0046000	PA PACÁS	PA	FEDERAL	-	55	85	715,5000	700,0000	1	
AL0051000	PA DOM HELDER CÂMARA	PA	FEDERAL	7	60	45	303,5300	331,1000	1	



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
Fonte: SDM
Usuário:
Relatório: Rel_0201
Data: 26/03/2007

Identificação dos Projetos de Reforma Agrária - Tipo, distância, famílias e área

Período da Informação : 01/01/1980 Até 26/03/2007

Código do Projeto	Projeto	Tipo de	Esfera de Responsabilidade	Distância (km)		N.º de Famílias (capac.)	Área (ha)		N.º de Imóveis
				Munic.	UF		Projeto	Óbitida	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SR (22)									
UF: AL									
NOVO LINO									
2 Projetos									
1 Projeto									
AL007000	PA BELO HORIZONTE	PA	FEDERAL	8	110	260	1.841,4882	2.130,3773	1
							1.841,4882	2.130,3773	1
OLHO D'ÁGUA DO CASADO									
3 Projetos									
AL0054000	PA NOVA ESPERANÇA II	PA	FEDERAL	14	263	150	1.412,9459	2.083,8650	1
AL0145000	PA COSTA	PA	FEDERAL			52	524,2460	524,2460	1
AL0153000	PA OLHO D'ÁGUA	PA	FEDERAL	2	260	126	1.875,6032	1.875,6032	1
							3.812,7991	4.483,7142	3
PALMEIRA DOS INDIOS									
1 Projeto									
AL0036000	PA ALGOOÃO	PA	FEDERAL	3	140	33	77,4444	74,4446	1
							77,4444	74,4446	1
PAO DE ACUCAR									
3 Projetos									
AL0002000	PA NOVO GOSTO	PA	FEDERAL	42	257	25	828,0000	828,4535	1
AL0003000	PA JAPÃO I	PA	FEDERAL	30	257	17	593,0000	593,0378	1
AL0155000	PA RINCHO GRANDE E QUOXABA	PA	FEDERAL	21	230	20	283,4463	283,4463	1
							1.674,4463	1.674,9380	3
PASSO DE CAMARAGIBE									
1 Projeto									
AL0160000	PA SONHO MELUPOSTO AGROPECUARIO	PA	FEDERAL	10	80	8	58,5200	58,5200	1
							58,5200	58,5200	1
PIRANHAS									
4 Projetos									
AL0140000	PA SAMAMBÁUA	PA	FEDERAL	28	282	40	576,6403	576,6403	1
AL0141000	PA LAGOA DAS PEDRAS	PA	FEDERAL	28	282	35	484,9567	484,9567	1
AL0144000	PA DOIS IRMÃOS	PA	FEDERAL	25	320	24	284,5104	284,5104	1
AL0156000	PA LAGOA DA CACHOEIRA	PA	FEDERAL	15	260	39	472,1832	472,1832	1
							1.838,2906	1.838,2906	4



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: REL_0201
 Data: 26/03/2007

Identificação dos Projetos de Reforma Agrária - Tipo, distância, famílias e área

Período da Informação : 01/01/1980 Até 26/03/2007

Código do Projeto	Projeto	Tipo de	Esfera de Responsabilidade	Distância (km)		N.º de Famílias (capac.)	Área (ha)		N.º de Imóveis
				Munic.	UF		Projeto	Oblida	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SIR (21)									
PORTO CALVO									
AL0010000	PA CONCEICAO	PA	FEDERAL	12	112	210	1.654,7752	1.568,6300	1
AL0014000	PA MACIAPE	PA	FEDERAL	10	100	112	690,0348	633,1300	1
AL0102000	PA BOA VISTA II	PA	FEDERAL	21	90	80	435,8675	435,8675	1
	3 Projetos					402	2.789,2815	2.635,6276	3
PORTO DE PEDRAS									
AL0057000	PA BOA VISTA II	PA	FEDERAL	18	66	58	440,1282	457,4418	1
AL0154000	PA AREIAS	PA	FEDERAL	15	120	42	460,2253	460,2253	1
	2 Projetos					100	900,3535	917,6669	2
QUEBRANGULO									
AL0055000	PA MAMVAZ ROMUALDO	PA	FEDERAL	1	133	67	329,0000	0,0000	1
AL0078000	PA CABECEIRA DE PACAVIRA	PA	FEDERAL	25	133	50	292,9751	292,9751	1
	2 Projetos					117	621,9751	292,9751	2
SÃO LUIS DO QUITUNDE									
AL0018000	PA SÃO FRUTUOSO	PA	FEDERAL	20	60	210	955,0477	955,0477	1
AL0053000	PA SANTA LUZIA DO RIACHÃO	PA	FEDERAL	14	60	79	617,3791	849,8229	1
AL0073000	PA SANTA LUZIA	PA	FEDERAL	15	63	30	26,8000	268,0000	1
AL0133000	PA SILVO VIANA	PA	FEDERAL	8	63	85	851,3836	851,3836	1
	4 Projetos					404	2.453,6104	2.927,2642	4
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES									
AL0065000	PA JUBILEU 2000	PA	FEDERAL	6	93	42	361,1242	500,0000	1
	1 Projeto					42	361,1242	500,0000	1
TANQUE D'ARCA									
AL0020000	PCA CAMIHIHO DAS FLORES	PCA	FEDERAL	2	112	40	16,0000	16,0000	1
	1 Projeto					40	16,0000	16,0000	1
TRAIJU									
AL0033000	PA RIACHÃO	PA	FEDERAL	36	178	48	584,0000	584,0000	1



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
Fonte: SDM
Atualizaç:
Relatório: Rcv_0201
Data: 25/03/2007

Identificação dos Projetos de Reforma Agrária - Tipo, distância, famílias e área

Período da Informação : 01/01/1980 Até 26/03/2007

Código do Projeto	Projeto	Tipo de	Esfera de Responsabilidade	Distância (km)		N.º de Famílias (capac.)	Área (ha)		N.º de Imóveis
				Munic.	UF		Projeto	Obtida	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOÁS - SR (23)									
UF: AL									
TRAIPU									
AL0046000	PA SÍTIO NOVO	PA	FEDERAL	9	178	62	562,0798	562,0798	1
AL0046000	PA MARCAÇÃO	PA	FEDERAL	35	178	165	1.419,7039	1.419,7039	1
AL0073000	PA PADRE CICERO	PA	FEDERAL	30	172	45	368,7050	343,3916	2
	4	Projetos				320	2.934,4887	2.909,1763	5
UNIAO DOS PALMARES									
AL0066000	PA SERRA PRETA	PA	FEDERAL	20	90	116	739,0000	739,0000	1
AL0057000	PA CAVACO	PA	FEDERAL	-	100	142	544,0000	630,3373	1
AL0058000	PA PINDOBA II	PA	FEDERAL	10	83	141	54,0000	660,0000	1
AL0069000	PA PAULO FREIRE/SERRANA	PA	FEDERAL	27	62	170	1.740,6239	1.740,6239	1
AL0061000	PA CHICO MENDES-BEBIDAS	PA	FEDERAL	17	83	70	522,0209	522,6299	1
AL0150000	PA SANTA MARIA	PA	FEDERAL	12	80	192	2.525,0714	2.528,0714	1
AL0153000	PA GORDO	PA	FEDERAL	15	90	22	121,5760	121,5760	1
	7	Projetos				853	6.246,8982	6.882,2366	7
VICOSA									
AL0007000	PA DOURADA	PA	FEDERAL	1	98	223	837,0500	837,5000	1
	1	Projeto				223	837,0500	837,5000	1
	Total na SR 22 :	105	Projetos			8.366	70.764,9516	72.615,2904	105